



Relatório ^e Contas Individuais

2003

Portugal Telecom

Relatório
e Contas
Individuais
2003

3	▶ Relatório de Gestão
6	▶ Demonstrações Financeiras
43	▶ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
44	▶ Certificação Legal das Contas
45	▶ Relatórios de Auditoria
47	▶ Extracto da Acta da Assembleia Geral

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Sociedade Aberta

Pessoa Colectiva n.º 503215058

Capital social 1 254 285 000 euros

Mat. n.º 3602/940706, 4.ª Secção CRCL

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 LISBOA

Tel.: + (351) 21 500 2000
www.telecom.pt

Edição:
Portugal Telecom, SGPS, S.A.
 Direcção de Comunicação Corporativa

Pré-impressão: Textype



▶ Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão correspondente à actividade consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. faz ampla referência a todos os aspectos relativos não só ao Governo da Sociedade como, também, à evolução dos vários negócios desenvolvidos pelas diferentes empresas do Grupo, pelo que, sobre essas matérias, nos permitimos remeter os Senhores Accionistas para a leitura do mesmo.

Síntese da actividade

O volume de negócios da sociedade, em termos individuais, advém exclusivamente da prestação de serviços de gestão às empresas do Grupo, tendo-se cifrado, em 2003, em cerca de 21 milhões de euros.

O Resultado Líquido do exercício ascendeu a 240 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 38,6% em relação ao ano anterior.

Informações legais

De acordo com as disposições legais em vigor, informa-se que:

- ▶ Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado Português e à Segurança Social.
- ▶ No início do exercício, a PT não detinha em carteira quaisquer acções próprias, tendo adquirido durante o ano um total de 33 996 451 acções próprias a um preço médio unitário de 7,24 euros, das quais procedeu à alienação de 5 351 942 acções por um preço médio unitário de 6,75 euros. Estas alienações de acções próprias geraram uma perda patrimonial de 277 mil euros, a qual foi registada como uma dedução de reservas livres conforme estabelecido nas normas contabilísticas portuguesas. No final do ano, a PT detinha 28 644 509 acções próprias em carteira, as quais foram adquiridas no âmbito do programa de share buyback anunciado pela Comissão Executiva em 16 de Setembro de 2003, que compreende a aquisição de acções próprias representativas de 10% do capital da Empresa.
- ▶ Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar significativos em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas, entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

Perspectivas para 2004

Os sinais de recuperação que se começam a manifestar nas economias portuguesa e europeia, conjugados com os resultados obtidos em 2003 e a informação operacional mais recente, permitem-nos encarar as perspectivas para 2004 com algum optimismo.

A PT tem uma estrutura financeira extremamente sólida, uma posição de forte liderança no mercado doméstico e no mercado móvel brasileiro, um bom desempenho operacional na generalidade dos negócios, e uma forte geração de cash flow. A PT alia a uma carteira diversificada e completa de serviços no mercado doméstico as potencialidades de crescimento futuro do mercado brasileiro.

A PT deverá prosseguir uma estratégia de maximização de cash flow e fortalecimento da sua estrutura financeira, através de uma sólida execução em todas as áreas de negócio, promovendo a produtividade e eficiência a todos os níveis, melhorando a rentabilidade, e de uma forma progressiva e sustentada aumentar a remuneração dos accionistas como objectivo prioritário.

No negócio de rede fixa, em resultado das alterações na envolvente macroeconómica, as acções de estímulo ao consumo que vão sendo desenvolvidas, e o forte crescimento esperado do acesso à Internet em banda larga através do ADSL, perspectiva-se uma menor redução das receitas. O enfoque na racionalização de custos de exploração e investimento, e o impacto da redução de trabalhadores verificada em 2003, irão permitir a continuação de uma forte geração de cash flow nesta área de negócio.

Na TMN, a recuperação económica deverá resultar numa melhoria nos níveis de utilização e de receita por cliente, compensando a forte pressão sentida em termos da descida dos preços de interligação fixo-móvel. A focalização da PT nesta área de negócio continuará a ser no sentido de manter a liderança destacada no mercado, através da fidelização

dos clientes com o lançamento de novos serviços e produtos inovadores. O lançamento progressivo dos serviços de terceira geração em meados do ano abrirá novas perspectivas de crescimento do negócio móvel a médio prazo. O prosseguimento de uma gestão rigorosa dos custos permitirá uma melhoria progressiva das margens.

No Brasil, a rentabilização dos investimentos realizados passará pela melhoria da eficiência operacional e financeira da Vivo, tirando partido das economias de escala e sinergias decorrentes da dimensão e liderança destacada no mercado. O contributo da Vivo para o potencial de crescimento futuro da PT é muito significativo.

Na PT Multimedia, estão em curso iniciativas para aumentar as margens dos diferentes segmentos de negócio, nomeadamente tirando partido da infra-estrutura instalada e da forte posição na televisão por subscrição. Pretende-se aumentar a penetração e a oferta de produtos premium, o acesso à Internet em banda larga, reduzir os custos de programação e simplificar todas as estruturas operacionais, acções que já se reflectiram na performance do ano, mas que se irão aprofundar ao longo de 2004.

Em termos de endividamento e estrutura financeira, a estratégia da PT vai pautar-se pela manutenção dos sólidos indicadores financeiros actuais. A solidez financeira da PT é uma clara vantagem competitiva no contexto do sector.

A criação e distribuição de mais valor pelos accionistas será a nossa prioridade pelo que iremos propor à próxima Assembleia Geral Anual a distribuição de um dividendo de 22 cêntimos por acção, corporizando assim os nossos objectivos de aumento progressivo e sustentado da remuneração aos accionistas. Neste contexto, destacamos o programa de recompra de acções próprias, anunciado em Setembro de 2003, como forma de aumentar a remuneração aos accionistas, e que irá resultar na compra de até 10% do capital até ao final de 2004.

Proposta de aplicação de resultados e aplicação de reservas

1. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 apurou-se, como resultado líquido do exercício, o montante de 240 218 936 euros.
2. De acordo com a lei e os estatutos da sociedade, 5% do resultado líquido do exercício destinam-se ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social.
3. Em 31 de Dezembro de 2003, o balanço da Portugal Telecom, SGPS, S.A. apresenta resultados transitados negativos de 39 403 169 euros. Em consequência, e de acordo com o disposto na lei, o resultado líquido do exercício deverá começar por ser aplicado na cobertura de resultados transitados.
4. Deste modo, e nos termos do artigo 30.º dos estatutos, o Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que uma parcela, no montante de 39 403 169 euros, do resultado líquido do exercício de 2003, de 240 218 936 euros, seja aplicada na cobertura de resultados transitados negativos, reduzindo o resultado líquido para 200 815 767 euros.
5. Dando cumprimento ao disposto na lei e nos estatutos, propõe que 10 040 788 euros, correspondente a 5% do resultado líquido do exercício, se destinem a reserva legal.
6. Por último, o Conselho de Administração, atenta a actual situação financeira e patrimonial da Portugal Telecom e as afectações obrigatórias do resultado líquido do exercício acima mencionadas, propõe aos Senhores Accionistas que, do remanescente do resultado líquido do exercício, no montante de 190 774 979 euros, acrescido de utilização de 85 167 721 euros de reservas livres (as quais ascendem ao quantitativo total de 254 853 267 euros no balanço de 31 de Dezembro de 2003), seja pago a título de dividendos um montante de 275 942 700 euros (correspondendo a um dividendo de 22 cêntimos por acção, relativamente ao montante total de acções emitidas), com o que o montante de reservas livres passará a corresponder a 169 685 546 euros.

7. Considerando, ainda, que a verba global de 275 942 700 euros prevista no número anterior para dividendos foi calculada, como é tradicional, na base de um dividendo unitário por acção emitida (no caso, 22 cêntimos por acção), e que não é possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento de dividendos sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade, designadamente no acréscimo de liquidez dos seus títulos, propõe-se que se delibere, em relação à deliberação de distribuição de dividendos constante do número seis, que:

a) A cada acção emitida seja pago o dividendo unitário de 22 cêntimos que presidiu à elaboração da proposta.

b) Não seja pago, transitando para conta nova, o quantitativo unitário correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria sociedade.

8. Considerando, finalmente, o direito a dividendo das acções resultantes do exercício do direito de conversão de obrigações convertíveis emitidas, mais se propõe que se delibere, em relação à deliberação de distribuição de dividendos constante do número seis, que:

a) A cada acção com direito a dividendo resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja pago o referido montante unitário de 22 cêntimos.

b) O pagamento referente a cada acção resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja também efectuado mediante utilização do montante remanescente de reservas livres após a distribuição constante do número seis da presente proposta.

9. Propõe-se, por último, seja clarificado que, de harmonia com as regras contabilísticas, a verba de 995 031 540 euros constante da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas” passará para a rubrica “Resultados transitados”, à medida e na extensão em que forem distribuídos à sociedade os dividendos e reservas das participadas compreendidas naquela rubrica.

Lisboa, 2 de Março de 2004.

O Conselho de Administração

BALANÇOS

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

[valores expressos em euros]

				2003	2002
ACTIVO		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
IMOBILIZADO					
Imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação	10	51 040 430	(51 040 430)	–	–
Despesas de investigação e desenvolvimento	10	1 643 610	(267 668)	1 375 942	–
Propriedade industrial e outros direitos	10	269 035	(52 278)	216 757	60 240
Trespases	9, 10	512 752 901	(46 309 436)	466 443 465	435 510 403
Imobilizações em curso	10	403 652	–	403 652	119 238
		566 109 628	(97 669 812)	468 439 816	435 689 881
Imobilizações corpóreas					
Equipamento de transporte	10	2 915 001	(1 242 734)	1 672 267	1 201 631
Ferramentas e utensílios	10	574	(407)	167	311
Equipamento administrativo	10	2 740 983	(636 865)	2 104 118	1 038 065
Outras imobilizações corpóreas	10	904 375	(44 743)	859 632	1 214 685
		6 560 933	(1 924 749)	4 636 184	3 454 692
Investimentos financeiros					
Partes de capital em empresas do Grupo	10, 16	2 042 856 061	–	2 042 856 061	2 318 210 478
Empréstimos a empresas do Grupo	10, 16	1 933 801 710	–	1 933 801 710	2 363 251 453
Partes de capital em empresas associadas	10, 16	13 571 743	(8 192 526)	5 379 217	7 704 576
Empréstimos a empresas associadas	10, 16	118 313 837	(10 187 319)	108 126 518	19 012 442
Partes de capital em outras empresas	10, 16	58 798 730	(2 695 191)	56 103 539	56 848 631
Outros empréstimos concedidos	10, 16	3 572 662	(3 292 066)	280 596	10 363 308
	34	4 170 914 743	(24 367 102)	4 146 547 641	4 775 390 888
CIRCULANTE					
Dívidas de terceiros – curto prazo					
Empresas do Grupo	16	294 102 632	–	294 102 632	2 573 240 644
Estado e outros entes públicos	49	2 999 959	–	2 999 959	211 836 304
Outros devedores		6 491 903	–	6 491 903	24 559 396
		303 594 494	–	303 594 494	2 809 636 344
Títulos negociáveis					
Outros títulos negociáveis	51	686 121 794	–	686 121 794	602 925 496
Outras aplicações de tesouraria	51	832 655 184	–	832 655 184	821 643 055
		1 518 776 978	–	1 518 776 978	1 424 568 551
Depósitos bancários e caixa					
Caixa		20 250		20 250	–
Depósitos bancários		1 053 091		1 053 091	2 989 186
		1 073 341		1 073 341	2 989 186
Acréscimos e diferimentos					
Acréscimos de proveitos	52	32 118 480		32 118 480	20 890 105
Custos diferidos	52	7 145 467		7 145 467	9 518 425
Activos por impostos diferidos	6	580 669 241		580 669 241	964 238 018
		619 933 188		619 933 188	994 646 548
Total de amortizações			(99 594 561)		
Total de provisões			(24 367 102)		
Total do activo		7 186 963 305	(123 961 663)	7 063 001 642	10 446 376 090

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2003.

em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

[valores expressos em euros]

valores expressos em euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		2003	2002
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	36, 40	1 254 285 000	1 254 285 000
Acções próprias:			
Valor nominal	40	(28 644 509)	–
Descontos e prémios	40	(181 395 553)	–
Prémios de emissão de acções	40	91 704 891	2 149 565 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	995 031 540	950 526 397
Reservas:			
Reserva legal	40	144 184 287	144 184 287
Outras reservas	40	464 893 329	670 650 198
Resultados transitados	40	(39 403 169)	(2 448 973 427)
		2 700 655 816	2 720 237 455
Resultado líquido do exercício	40	240 218 936	391 113 318
Total do capital próprio		2 940 874 752	3 111 350 773
PASSIVO			
Provisões para riscos e encargos			
Provisões para impostos	34	9 257 744	2 575 565
Outras provisões para riscos e encargos	34	956 902 715	1 048 647 431
		966 160 459	1 051 222 996
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo			
Empréstimos por obrigações:			
Convertíveis	48	440 335 000	1 059 035 000
Não convertíveis	48	–	124 699 474
Dívidas a instituições de crédito	48	636 771 483	721 510 460
Outros empréstimos obtidos	48	–	1 987 000 000
Fornecedores de imobilizado – conta corrente	15	1 003 645	780 865
		1 078 110 128	3 893 025 799
Dívidas a terceiros – curto prazo			
Empréstimos por obrigações:			
Convertíveis	48	450 485 000	–
Não convertíveis	48	124 699 474	–
Dívidas a instituições de crédito	48	75 143 889	70 862 540
Outros empréstimos obtidos	48	842 457 967	1 495 680 512
Fornecedores – conta corrente		8 206 725	8 037 913
Fornecedores – facturas em recepção e conferência		252 264	2 972 534
Empresas do Grupo	16	162 036 918	287 173 925
Empresas participadas e participantes		15 943	15 994
Outros accionistas		10 395	3 634
Fornecedores de imobilizado – conta corrente	15	1 651 855	785 718
Estado e outros entes públicos	49	1 738 985	931 302
Outros credores	50	14 785 770	16 741 207
		1 681 485 185	1 883 205 279
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos	52	72 332 667	51 373 456
Proveitos diferidos	52	37 339 750	112 111 097
Passivos por impostos diferidos	6	286 698 701	344 086 690
		396 371 118	507 571 243
Total do passivo		4 122 126 890	7 335 025 317
Total do capital próprio e do passivo		7 063 001 642	10 446 376 090

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2003.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

valores expressos em euros

		2003	2002
CUSTOS E PERDAS			
Fornecimentos e serviços externos		29 183 171	26 570 537
Custos com o pessoal:			
Remunerações	25 849 457	26 656 254	
Encargos sociais:			
Pensões	1 113 395	455 386	
Outros	2 478 208	1 966 712	29 078 352
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	1 382 983	12 229 970
Impostos		175 130	5 833 083
Outros custos e perdas operacionais		734 065	909 195
(A)		60 916 409	74 949 372
Perdas em empresas do Grupo e associadas	45	42 801 252	264 074 456
Amortizações e provisões de investimentos financeiros		27 547 514	33 918 653
Juros e custos similares:			
Relativos a empresas do Grupo		1 207 562	—
Outros	45	163 768 132	235 324 460
(C)		296 240 869	602 464 647
Custos e perdas extraordinários	46	11 942 546	24 208 901
(E)		308 183 415	701 622 920
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	61 911 775	(14 665 402)
(G)		370 095 190	686 957 518
Resultado líquido do exercício		240 218 936	391 113 318
		610 314 126	1 078 070 836
PROVEITOS E GANHOS			
Prestações de serviços		19 328 534	29 663 405
Proveitos suplementares		1 473 971	239 778
(B)		20 802 505	29 903 183
Ganhos em empresas do Grupo e associadas	45	331 241 668	690 810 216
Rendimentos de participações de capital		1 205 400	1 078 800
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:			
Outros		31 498 764	36 514 802
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas do Grupo		54 036 019	85 298 574
Outros	45	137 211 074	555 192 925
(D)		575 995 430	999 550 298
Proveitos e ganhos extraordinários	46	34 318 696	48 617 355
(F)		610 314 126	1 078 070 836
Resultados operacionais (B)-(A):		(40 113 904)	(45 046 189)
Resultados financeiros (D-B)-(C-A):		319 868 465	397 085 651
Resultados correntes (D)-(C):		279 754 561	352 039 462
Resultados antes de impostos (F)-(E):		302 130 711	376 447 916
Resultado líquido do exercício (F)-(G):		240 218 936	391 113 318

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

valores expressos em euros

		2003	2002
Vendas e prestações de serviços	54.a)	19 328 534	29 663 405
Custo das vendas e das prestações de serviços	54.b)	(23 053 564)	(62 602 759)
Resultados brutos		(3 725 030)	(32 939 354)
Outros proveitos e ganhos operacionais		1 641 157	295 170
Custos administrativos		(2 145 107)	(2 191 938)
Outros custos e perdas operacionais	54.c)	(11 418 037)	(19 183 268)
Resultados operacionais		(15 647 017)	(54 019 390)
Custo líquido de financiamento	54.d)	57 770 162	(9 889 336)
Ganhos em filiais e associadas	54.e)	255 893 549	431 531 806
Ganhos em outros investimentos		1 156 257	—
Resultados correntes		299 172 951	367 623 080
Impostos sobre os resultados correntes	54.f)	(58 954 015)	23 490 238
Resultado líquido do exercício		240 218 936	391 113 318

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2003 e 2002

valores expressos em euros

	2003	2002
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamentos a fornecedores	(111 495 532)	(113 384 991)
Pagamentos ao pessoal	(13 348 491)	(12 809 457)
Fluxo gerado pelas operações	(124 844 023)	(126 194 448)
(Pagamentos)/recebimentos do imposto sobre o rendimento	208 122 799	80 251 654
(Outros pagamentos)/recebimentos relativos a actividade operacional	401 376 246	64 503 002
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	484 655 022	18 560 208
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	–	1 137 377
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(5 100 000)	(5 406 867)
Fluxos das actividades operacionais (1)	479 555 022	14 290 718
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	55.a) 2 707 462 330	3 723 394 149
Juros e proveitos similares	73 165 366	157 710 684
Dividendos	55.b) 619 013 560	468 062 112
	3 399 641 256	4 349 166 945
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	55.c) (486 644 680)	(3 847 834 059)
Fluxos das actividades de investimento (2)	2 912 996 576	501 332 885
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	55.d) 7 267 718 101	14 427 467 876
Juros e custos similares	648 222	–
Venda de acções próprias	39 159 546	34 299 931
	7 307 525 869	14 461 767 807
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	55.e) (10 012 838 822)	(13 918 181 984)
Juros e custos similares	(160 413 492)	(209 040 754)
Dividendos	(200 886 344)	(107 796 507)
Aquisição de acções próprias	(234 988 926)	(42 197 734)
	(10 609 127 584)	(14 277 216 979)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(3 301 601 715)	184 550 828
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	90 949 883	700 174 431
Efeito das diferenças de câmbio	1 342 699	(2 451 497)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1 427 557 737	729 834 802
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	55.f) 1 519 850 319	1 427 557 737

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Portugal Telecom” ou “Empresa”) e as suas empresas subsidiárias e associadas (Nota 16), que integram o seu universo empresarial (“Grupo Portugal Telecom” ou “Grupo”), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia, em Portugal e no estrangeiro.

Estas demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais, tendo

os investimentos financeiros sido registados pelo método de equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c). A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas as demonstrações financeiras das empresas em que participa maioritariamente ou detém o controlo de gestão. Assim, nestas demonstrações financeiras individuais foram considerados nos capitais próprios em 31 de Dezembro de 2003 e no resultado líquido

do exercício findo nessa data, o efeito da consolidação dos capitais próprios e dos resultados das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, custos e proveitos, e que consiste em aumentar os activos e os passivos (incluindo os interesses minoritários) em aproximadamente 6,5 mil milhões de euros e em aumentar os custos e os proveitos em aproximadamente 6,1 mil milhões de euros.

a) Detentores do capital

Em resultado das operações de privatização realizadas em 1 de Junho de 1995, 11 de Junho de 1996, 9 de Outubro de 1997, 12 de Julho de 1999 e 4 de Dezembro de 2000, o capital social da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados. Em 31 de Dezembro de 2003, o Estado Português e as entidades por si controladas detêm 6,42% do capital social da Portugal Telecom, detendo igualmente 500 acções de categoria A (Nota 36), que lhes conferem direitos especiais.

b) Internacionalização

Na prossecução da estratégia de reforço da posição do Grupo Portugal Telecom no mercado de telefonia celular brasileiro, foi constituída em 27 de Dezembro de 2002 a Brasilcel N.V. (“Brasilcel”), empresa detida em partes iguais pelo Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis, SGPS, S.A. – “PT Móveis” – empresa integralmente controlada pela Empresa através da TMN – Nota 16) e pelo Grupo Telefónica (através da Telefónica Móviles S.A.), por incorporação dos investimentos financeiros detidos por ambos os grupos em empresas de telefonia celular no Brasil.

Em 16 de Janeiro de 2003, a Brasilcel, através da Telesp Celular Participações, S.A. (“TCP”), celebrou um acordo para a aquisição faseada da totalidade do capital da Tele Centro Oeste Participações, S.A. (“TCO”), estando em 31 de Dezembro de 2003 concluídas as seguintes fases: (i) aquisição de 61,1% do capital votante pelo montante de 1 529 milhões de Reais Brasileiros (R\$), dos quais R\$ 163 milhões se encontram por liquidar em 31 de Dezembro de 2003; e (ii) oferta pública de aquisição, na qual foram adquiridos mais 25,5% do capital votante da TCO pelo montante de R\$ 539 milhões. A última fase do processo de aquisição da totalidade do capital da TCO, que compreendia a incorporação e conversão das acções remanescentes da TCO na TCP, foi cancelada em 12 de Janeiro de 2004 por mútuo acordo das administrações da TCO e TCP, em resultado das conclusões da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre esta operação indicarem potenciais obstáculos a ser levantados pelos accionistas minoritários.

c) Acções cotadas

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext-Lisboa e na NYSE – New York Stock Exchange.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As demonstrações financeiras encontram-se elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e demais legislação portuguesa, sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS” ou “NIC”). As demonstrações financeiras foram preparadas atendendo à convenção dos custos históricos, em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no POC para apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras individuais.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas essencialmente por trespasses decorrentes de aquisições de partes de capital em empresas do grupo e associadas (goodwill) e são amortizados de acordo com os critérios indicados na Nota 9.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3-8
Outras imobilizações corpóreas	3-8

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, à data de aquisição, é registada como *tres-passe* (goodwill) na rubrica “Imobilizações incorpóreas”, caso a diferença seja positiva, ou em capitais próprios, na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”, caso a diferença seja negativa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos ou em outras variações nos capitais próprios das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período ou de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, respectivamente. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros. Adicionalmente, as responsabilidades da Empresa decorrentes de empresas participadas com capitais próprios negativos são registadas na rubrica de provisões para outros riscos e encargos (Nota 34).

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros. No caso de anulação das mais-valias, o efeito dessa anulação é registado em resultados financeiros na correspondente rubrica de “Ganhos ou perdas em empresas do grupo e associadas”.

As prestações acessórias e os empréstimos de financiamento concedidos a empresas do grupo e associadas são registados ao valor nominal.

Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por provisões para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.

d) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, encontram-se reflectidos no balanço, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis referidas na Nota 3.b). As rendas relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros (Nota 15).

e) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

f) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

g) Férias e subsídios de férias

Os encargos com férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Em consequência, as responsabilidades com férias, subsídio de férias e correspondentes encargos vencidos e não pagos à data do balanço, foram estimados e incluídos na rubrica “Acréscimos de custos” (Nota 52).

h) Impostos sobre o rendimento

Desde o exercício de 2000, a Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação de grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). O eventual ganho gerado pela adopção deste regime é registado em resultados do período na rubrica “Ganhos em empresas do Grupo e associadas” (Nota 45.e)).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento do exercício é apurado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente, calculado em termos consolidados para o universo das empresas do Grupo abrangidas por esse regime, foram também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida Directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que tais impostos diferidos activos poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo exercício em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transacções ou eventos reconhecidos directamente em reservas ou resultados transitados, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período (Nota 6).

À data a que se reporta o balanço, os impostos diferidos são actualizados por alterações na taxa de tributação que se espera vir a estar em vigor à data da sua reversão, bem como por outras eventuais alterações da legislação fiscal relevante.

i) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por aplicações de tesouraria de curto prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado.

j) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proventos e custos na demonstração dos resultados, excepto no que respeita às diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros, os quais são registadas na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”, tal como preconizado na Norma Internacional de Contabilidade (“NIC”) N.º 21.

Para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, a conversão de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- ▶ Taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos.
- ▶ Taxa de câmbio média do período, para a conversão da demonstração dos resultados.
- ▶ Taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”.

l) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de swap de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos, para reduzir o risco de alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, na prossecução da política de cobertura da exposição a evoluções na taxa de juro e de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de forward e opções cambiais (Nota 53).

Os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos derivados que estejam a cobrir os riscos acima mencionados de determinados activos ou passivos, são registadas em resultados de forma simétrica às perdas e ganhos associados aos activos ou passivos relacionados. Caso os instrumentos derivados não estejam a reduzir os riscos definidos, ou não estejam relacionados com nenhum risco específico, os mesmos são registados ao seu Fair Value na data do balanço, sendo os ganhos e perdas decorrentes da variação de valor ao longo do tempo registados em resultados.

Os prémios recebidos ou pagos, bem como os encargos com estas operações, são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

4. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio de tais moedas relativamente ao Euro, divulgadas pelo Banco de Portugal:

Designação	Código	Cotação
Dólar Americano	USD	1,2630
Franco Suíço	CHF	1,5579
Libra Esterlina	GBP	0,7048
Real Brasileiro	BRL	3,6646

6. IMPOSTOS E TAXAS

(a) A Empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de IRC, à taxa normal de 30% (25% para o exercício iniciado em 1 de Janeiro de 2004), acrescida de Derama à taxa de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 33%.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2003, a matéria colectável da Empresa foi estimada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades ("consolidação fiscal"), abrangendo as seguintes empresas participadas: PT Comunicações, S.A. ("PT Comunicações"); TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. ("TMN"); PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.; Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda.; Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. ("Simarc"); PT Ventures, SGPS, S.A. ("PT Ventures"); PT Inovação, S.A. ("PT Inovação"); Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.; Platoforma – Empresa de Trabalho Temporário, Lda.; Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda.; PT Prime, SGPS, S.A. ("PT Prime SGPS"); Tradecom, SGPS, S.A.; PT Móveis, SGPS, S.A. ("PT Móveis"); PT PRO, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A. ("PT PRO"); e PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A. ("PT Meios").

(b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Empresa, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003, considerando as provisões constituídas e as expectativas de resolução das situações existentes à presente data.

(c) Em sede de Imposto Sobre o Valor Acrescentado ("IVA"), a Empresa utiliza o método da afectação real e da percentagem de dedução para a determinação do imposto a deduzir.

(d) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, foram reconhecidos, em 31 de Dezembro de 2003, activos e passivos por impostos diferidos nos montantes de, respectivamente, 580 669 241 euros e 286 698 701 euros, sendo o seguinte o detalhe dos seus saldos e movimentos ocorridos no exercício findo naquela data:

valores expressos em euros

	Aumentos/(Reduções)			Efeito de alteração da taxa (ii)		
	Saldo inicial	Utilização do crédito fiscal (i)	Resultado líquido	Capitais próprios (Nota 40)	Resultado líquido	Saldo final
Activos por impostos diferidos						
Provisões	39 745 817	–	(29 774 617)	–	(1 661 867)	8 309 333
Prejuízos fiscais reportáveis	915 022 069	(250 134 624)	–	–	(110 581 637)	554 305 808
Instrumentos financeiros	2 803 757	–	10 175 188	(1 923 953)	(239 204)	10 815 788
Outros	6 666 375	–	2 019 600	–	(1 447 663)	7 238 312
	964 238 018	(250 134 624)	(17 579 829)	(1 923 953)	(113 930 371)	580 669 241
Passivos por impostos diferidos						
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	336 530 674	–	(48 250)	–	(56 080 403)	280 402 021
Outros	7 556 016	–	–	–	(1 259 336)	6 296 680
	344 086 690	–	(48 250)	–	(57 339 739)	286 698 701
		250 134 624	17 531 579	1 923 953	56 590 632	

(i) Este montante refere-se à utilização dos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores, como segue:

	valores expressos em euros
Estimativa de imposto corrente do exercício:	
Relativa às operações da PT SGPS:	
Registada em resultado do período	12 210 436
Registada em ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	7 690 815
Relativa às operações das participadas incluídas no consolidado fiscal ⁽¹⁾	(254 220 996)
Insuficiência da estimativa de imposto de 2002	
Relativa à PT SGPS e registada em resultados do período ⁽²⁾	(2 015 293)
Relativa às participadas incluídas no consolidado fiscal e registada em ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(15 197 201)
Deduções à colecta registadas na PT SGPS	1 397 615
	(250 134 624)

(1) Este montante foi registado no resultado líquido pela aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados das empresas participadas incluídas no consolidado fiscal.

(2) Este montante inclui uma insuficiência de estimativa do IRC de 2002 no montante de 2 025 850 euros apurada na Portugal Telecom, sendo o remanescente referente ao excesso de estimativa do IRC de 2002 nas restantes empresas do consolidado fiscal.

(ii) O Governo Português aprovou em Dezembro de 2003 uma redução da taxa de IRC para o exercício de 2004 de 30% para 25%, o que origina uma redução na taxa nominal de imposto sobre o rendimento, acrescida de Derrama, de 33% para 27,5%. Tal como determinado pela Directriz Contabilística n.º 28, os impostos diferidos registados em 31 de Dezembro de 2003 foram ajustados de forma a reflectir a taxa esperada de realização. A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e o imposto sobre o rendimento registado na demonstração de resultados, é como segue:

	valores expressos em euros
Resultados antes de impostos	302 130 711
Taxa nominal de imposto	33%
Imposto esperado	99 703 135
Diferenças permanentes (a)	(94 102 934)
Alteração da taxa de imposto	56 590 632
Ajustamentos à colecta	105 817
Outros	(384 875)
	61 911 775
Taxa efectiva de imposto	20,49%

O imposto sobre o rendimento tem a seguinte composição:

Imposto corrente	(12 210 436)
Imposto diferido	74 122 211
	61 911 775

(a) As diferenças permanentes apresentam a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Amortização do goodwill (Nota 45.d))	26 847 514
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 45)	(288 440 416)
Reversão de provisões não tributadas	(32 357 300)
Outras	8 789 797
	(285 160 405)
Impacto fiscal (33%)	(94 102 934)

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

No exercício de 2003, o número médio de pessoal ao serviço da Empresa, que em grande parte é cedido por empresas do grupo, é o seguinte:

Pessoal da Portugal Telecom:	
Efectivos	65
Contratados a termo certo	7
Pessoal cedido por empresas do Grupo:	
PT Comunicações	143
Outras empresas	10
	225

As responsabilidades com pensões de reforma relativas a empregados cedidos por outras empresas do grupo, foram assumidas directamente pelas empresas cedentes, sendo o respectivo custo debitado à Portugal Telecom e incluído na rubrica “Custos com o pessoal”.

9. AMORTIZAÇÕES DE TRESPASSES

Em 31 de Dezembro de 2003, a rubrica de trespases (goodwill) tem a seguinte composição (Nota 10.a)):

valores expressos em euros			
	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
PT Multimedia – Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. ("PT Multimedia")	199 585 520	22 937 570	176 647 950
PT Multimedia.com – Serviços de Acesso à Internet, SGPS, S.A. ("PTM.com")	173 465 618	10 841 601	162 624 017
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	89 338 063	5 583 629	83 754 434
PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas S.A. ("PT Prime")	33 817 393	1 690 870	32 126 523
Lusomundo Media, SGPS, S.A. ("Lusomundo Media")	8 465 045	423 252	8 041 793
PT Sistemas de Informação, S.A. ("PT Sistemas de Informação")	8 081 262	4 832 514	3 248 748
	512 752 901	46 309 436	466 443 465

O goodwill decorrente das aquisições de investimentos financeiros é amortizado pelo método das quotas constantes no período esperado de recuperação do investimento, no máximo de 20 anos.

10. ACTIVO IMOBILIZADO

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Os movimentos ocorridos no exercício de 2003 no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, são os seguintes:

valores expressos em euros				Imobilizado bruto
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções/ /Ajustamentos	Saldo final
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	51 040 430	–	–	51 040 430
Despesas de investigação e desenvolvimento	–	1 643 610	–	1 643 610
Propriedade industrial e outros direitos	76 360	192 675	–	269 035
Trespases (Notas 9 e 10.b))	454 972 325	57 780 576	–	512 752 901
Imobilizações incorpóreas em curso	119 238	284 414	–	403 652
	506 208 353	59 901 275	–	566 109 628
Imobilizações corpóreas				
Equipamento de transporte	2 066 466	1 293 983	(445 448)	2 915 001
Ferramentas e utensílios	574	–	–	574
Equipamento administrativo	1 300 977	1 559 751	(119 745)	2 740 983
Outras imobilizações corpóreas	1 221 558	786 995	(1 104 178)	904 375
	4 589 575	3 640 729	(1 669 371)	6 560 933

O aumento da rubrica "Trespases" resulta, essencialmente, do goodwill gerado nas aquisições de partes de capital da PT Prime (33 817 393 euros), da PT Multimedia (15 463 331 euros) e da Lusomundo Media (8 465 045 euros).

valores expressos em euros				Amortizações acumuladas
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções/ /Ajustamentos	Saldo final
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	51 040 430	–	–	51 040 430
Despesas de investigação e desenvolvimento	–	264 521	3 147	267 668
Propriedade industrial e outros direitos	16 120	39 305	(3 147)	52 278
Trespases (Notas 9 e 45)	19 461 922	26 847 514	–	46 309 436
	70 518 472	27 151 340	–	97 669 812
Imobilizações corpóreas				
Equipamento de transporte	864 835	641 427	(263 528)	1 242 734
Ferramentas e utensílios	263	144	–	407
Equipamento administrativo	262 912	399 716	(25 763)	636 865
Outras imobilizações corpóreas	6 873	37 870	–	44 743
	1 134 883	1 079 157	(289 291)	1 924 749

b) Investimentos financeiros

Os movimentos ocorridos no exercício de 2003 nas rubricas de investimentos financeiros, foram os seguintes:

valores expressos em euros							
	Saldo inicial	Aplicação da equivalência patrimonial (i)	Distribuição de dividendos (ii)	Aumentos (iii)	Ajustamentos/ /Transferências (iv)	Reduções (v)	Saldo final (Nota 16)
Partes de capital em empresas do Grupo	2 318 210 478	248 756 164	(602 644 480)	136 346 275	(57 770 769)	(41 607)	2 042 856 061
Empréstimos a empresas do Grupo	2 363 251 453	–	–	63 903 848	(72 252 632)	(421 100 959)	1 933 801 710
Partes de capital em empresas associadas	15 897 102	3 107 545	(5 432 904)	–	–	–	13 571 743
Empréstimos a empresas associadas	24 267 717	–	–	9 937 513	84 108 607	–	118 313 837
Partes de capital em outras empresas	58 843 823	–	–	–	–	(45 093)	58 798 730
Outros empréstimos concedidos	104 588 119	–	–	280 596	(84 108 607)	(17 187 446)	3 572 662
	4 885 058 692	251 863 709	(608 077 384)	210 468 232	(130 023 401)	(438 375 105)	4 170 914 743

(i) Os movimentos em investimentos financeiros resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	valores expressos em euros
Aumentos:	
Ganhos em empresas do Grupo e associadas (Nota 45.e))	319 711 500
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	15 344 298
Diminuições:	
Utilização da provisão para investimentos financeiros (Nota 34.a)) ⁽¹⁾	(70 571 653)
Utilização da provisão para outros riscos e encargos (Nota 34.b)) ⁽²⁾	(2 592 058)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	(5 586 589)
Perdas em empresas do Grupo e associadas (Nota 45.b))	(4 441 789)
	251 863 709

(1) Este montante corresponde à transferência de parte da provisão constituída em anos anteriores para fazer face a perdas potenciais no valor de realização das debentures da UOL (Nota 16), para efeitos de redução do investimento financeiro na PT Brasil, decorrente da aplicação pela primeira vez da equivalência patrimonial ao investimento financeiro detido por esta empresa na UOL.

(2) Este montante corresponde à transferência de uma parcela da provisão constituída em anos anteriores para fazer face a potenciais riscos de perda de valor de investimentos financeiros, para efeitos de redução do investimento financeiro na PT Brasil, resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro detido por esta empresa na UOL.

(ii) Os dividendos distribuídos por empresas do grupo, associadas e outras, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
PT Comunicações (Nota 55.b))	338 408 533
TMN (Nota 55.b))	259 764 832
Páginas Amarelas (Nota 55.b))	5 385 910
PT Inovação (Nota 55.b))	4 403 913
Outras	114 196
	608 077 384

(iii) Os aumentos ocorridos nas rubricas “Partes de capital em empresas do grupo”, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Aquisição de capital na PT Prime ^(a)	76 952 945
Aumento de capital na PT Brasil, S.A. (“PT Brasil”) ^(b)	30 707 709
Aquisição de acções da PT Multimedia (Nota 55.c)) ^(c)	19 340 621
Aquisição de acções da Lusomundo Media (Nota 55.c)) ^(d)	9 000 000
Constituição da PT Corporate – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (“PT Corporate”)	200 000
Constituição da PT Compras – Serviços de Consultoria e Negociação, S.A. (“PT Compras”)	50 000
Constituição da PT WI-FI, S.A. (“PT WI-FI”)	50 000
Outros	45 000
	136 346 275

(a) Este montante refere-se à aquisição de 100% do capital social da PT Prime à PT Prime SGPS e à Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (“SIBS”) (Nota 55.c)).

(b) Este montante refere-se à subscrição e realização de aumentos de capital na PT Brasil por entrega de numerário no montante de 26 964 000 euros (Nota 55.c)) e conversão de empréstimos no montante de 3 743 709 euros.

(c) Este montante refere-se a diversas aquisições efectuadas em bolsa no exercício de 2003, correspondente a aproximadamente 1,08% do capital da PT Multimedia.

(d) Este montante refere-se à aquisição de 5,94% do capital da Lusomundo Media.

Os aumentos nas rubricas de “Empréstimos a empresas do grupo”, “Empréstimos a empresas associadas” e “Empréstimos a outras empresas”, ocorreram relativamente às seguintes empresas:

	valores expressos em euros
Empréstimos a empresas do Grupo:	
PT Prime	28 556 900
PT Inovação	12 500 000
PT PRO	17 035 912
PTM.com	4 080 000
PT Prime SGPS	1 231 036
Outras	500 000
	63 903 848
Empréstimos a empresas associadas e outras empresas:	
Sportinvest Multimédia, SGPS, S.A. (“Sportinvest”)	9 937 513
Outras empresas	280 596
	10 218 109

(iv) A transferência ocorrida na rubrica “Partes de capital em empresas do grupo” refere-se essencialmente ao goodwill gerado nas aquisições da PT Prime (33 817 393 euros), da PT Multimedia (15 463 331 euros) e da Lusomundo Media (8 465 045 euros), ocorridas no exercício de 2003, que foi registado em imobilizações incorpóreas (Nota 10.a)).

As transferências ocorridas na rubrica “Empréstimos a empresas do grupo” respeitam essencialmente à reclassificação de 70 984 671 euros para empréstimos intragrupo, correspondente à parcela do empréstimo concedido à PT Comunicações aquando da sua constituição, que se irá vencer no segundo trimestre de 2004 (Nota 16).

(v) As reduções ocorridas na rubrica “Empréstimos a empresas do grupo” referem-se aos seguintes reembolsos de suprimentos, líquidos da actualização cambial dos mesmos:

	valores expressos em euros
Telesp Celular	190 712 311
PT Prime SGPS	122 549 205
TMN	99 000 000
PTM.com	4 642 013
PT Inovação	2 543 869
Outras	1 653 561
	421 100 959

c) Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócios das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 31 de Dezembro de 2003, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do goodwill, líquido de amortizações acumuladas) não é superior ao respectivo valor estimado de realização (Fair Value). Ainda assim, em 31 de Dezembro de 2003, a Portugal Telecom mantém registada uma provisão para impairments, no montante de 38 197 485 euros (Nota 34), que se considera adequada para cobrir eventuais perdas no valor de realização de determinados investimentos financeiros, resultantes da evolução desses negócios no futuro.

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa dispunha de equipamento de transporte em regime de locação financeira, sendo as suas responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas, as seguintes:

valores expressos em euros			
	Capital	Juros	Total
2004	865 904	47 197	913 101
2005	491 069	15 556	506 625
2006	363 142	6 918	370 060
2007	149 434	1 233	150 667
	1 869 549	70 904	1 940 453

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, a principal informação financeira respeitante às empresas do grupo, era como segue:

valores expressos em euros						
Denominação	Sede	Capitais próprios	Resultado líquido	Percentagem de participação	Valor da participação (Nota 10)	Provisão (Nota 34)
PT Comunicações ^(a)	R. Andrade Corvo, 6 – Lisboa	1 356 539 047	49 037 901	100,00%	927 572 856	–
TMN ^(b)	Av. 5 de Outubro, 208 – Lisboa	572 054 927	228 824 754	100,00%	495 165 880	–
PT Prime	R. Entrecampos, 28 – Lisboa	41 899 943	(1 259 948)	100,00%	41 899 943	–
PT Prime SGPS ^(c)	R. Entrecampos, 28 – Lisboa	(122 341 183)	(4 791 420)	100,00%	–	(364 455 390)
PT Ventures ^(d)	R. Entrecampos, 28 – Lisboa	63 377 330	6 324 862	100,00%	–	(180 457 048)
PT Brasil	R. Sampaio Viana, 277-5.º Paraíso São Paulo	41 750 521	(79 203 505)	99,95%	41 730 052	–
PT Ásia	R. Pedro José Lobo, 1-3 – Macau	(3 647 645)	(2 180 158)	95,92%	–	(3 498 821)
PT Inovação ^(e)	R. Eng.º José Ferreira Pinto Basto – Aveiro	15 078 738	4 593 055	100,00%	12 584 749	–
Portugal Telecom North America, Inc. ^(f)	1615 L. Street N.W. Suite 230 Washington Dc 20036 USA	127 501	–	100,00%	127 501	–
PT Sistemas de Informação ^(g)	Urb. Tagusparque Parque da Ciência e Tecnologia de Oeiras, Lote 35 – Porto Salvo – Oeiras	12 352 090	1 024 163	99,80%	815 625	–
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ^(h)	Blue Tower – 324 Av. Louise, BTE 16.º floor – Bélgica 1050 Bruxelas	171 656	–	98,67%	169 373	–
PT Multimedia ⁽ⁱ⁾	Av. 5 de Outubro, 208 – Lisboa	391 511 256	30 716 064	57,56%	225 341 347	–
PT PRO ^(j)	R. Entrecampos, 28 – Lisboa	2 562 913	(9 425 361)	100,00%	–	(9 022 999)
PTM.com ^(l)	Av. 5 de Outubro, 208, 12.º – Lisboa	(297 594 524)	(38 193 363)	100,00%	–	(333 775 651)
PT WI-FI ^(m)	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 – Lisboa	50 000	–	100,00%	50 000	–
Lusomundo Media ⁽ⁿ⁾	Av. da Liberdade, 266, 4.º – Lisboa	8 308 796	(4 684 293)	5,94%	250 001	–
Simarc – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A. ^(o)	R. Tenente Espanca, 35 – Lisboa	30 385 669	–	100,00%	30 385 669	–
PT Finance	Strawinkylaan 3105, 7.º floor – Amsterdam	266 763 065	15 631 633	100,00%	266 763 065	–
PT Meios ^(p)	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 – Lisboa	(1 808 304)	(1 860 645)	100,00%	–	(2 058 304)
PT Compras	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 – Lisboa	(4 465 055)	(4 515 055)	100,00%	–	(4 465 055)
PT Corporate	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 – Lisboa	(26 757)	(226 757)	100,00%	–	(26 757)
					2 042 856 061	(897 760 025)

(a) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 428 966 191 euros.

(b) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 76 889 047 euros.

(c) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 245 219 545 euros. Na aplicação da equivalência patrimonial a esta participada é anulada uma mais-valia gerada em 2002 na alienação da Megamedia para a PT Sistemas de Informação.

(d) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 243 834 378 euros.

(e) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 2 493 989 euros.

(f) Deixou de ser aplicado o método da equivalência patrimonial porque existe a intenção de dissolver/liquidar a empresa.

(g) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 11 534 831 euros, das quais 11 528 970 euros foram concedidas pela Empresa.

(h) As últimas demonstrações financeiras disponíveis relativamente a esta participação reportam a 31 de Dezembro de 2001.

(i) Durante o exercício de 2003 a Empresa adquiriu em bolsa 1 687 396 acções da PT Multimedia.

(j) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 11 585 912 euros.

(l) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 36 181 128 euros.

(m) Esta empresa foi constituída em Dezembro de 2003 e encontra-se registada ao respectivo custo de constituição, por não ter iniciado a respectiva actividade até 31 de Dezembro de 2003.

(n) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 4 100 000 euros concedidas por outro accionista.

(o) As últimas demonstrações financeiras disponíveis relativamente a esta participação reportam a 31 de Dezembro de 2002.

(p) A rubrica capitais próprios inclui prestações acessórias no montante de 250 000 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, as partes de capital em empresas associadas e outras empresas têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
BES – Banco Espírito Santo, S.A.	55 300 000
Web-Lab, SGPS, S.A. ("Web-Lab")	8 192 526
Páginas Amarelas	3 348 556
Inesc	1 995 192
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1 531 864
Outras	2 002 335
	72 370 473
Provisão para investimentos financeiros (Nota 34)	(10 887 717)
	61 482 756

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos a empresas do Grupo têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Prestações acessórias e suplementares concedidas:	
PT Comunicações	428 966 191
PT Prime SGPS	245 219 545
PT Ventures	243 834 378
TMN	76 889 047
PTM.com	36 181 128
PT Sistemas de Informação	11 528 970
PT PRO	11 585 912
PT Inovação	2 493 989
	1 056 699 160
Empréstimos de financiamento:	
PT Comunicações ^(a)	327 983 552
PTM.com	290 537 978
PT Prime SGPS	90 876 683
PT Multimedia	67 257 261
PT Ventures	28 556 900
PT Prime	28 397 769
PT Inovação	16 839 542
PT PRO	6 850 000
Ptelecom Brasil	6 476 944
PT Ásia	5 201 546
Mobitel	4 317 524
PT Sistemas de Informação	3 306 851
PT Brasil	500 000
	877 102 550
	1 933 801 710

(a) A Empresa concedeu um empréstimo à PT Comunicações, aquando da sua constituição, no montante de 715 925 338 euros, relacionado com o financiamento das infra-estruturas que constituem a rede básica de telecomunicações. Este empréstimo vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4%. No exercício de 2003, a PT Comunicações reembolsou o montante de 70 984 671 euros e a Empresa registou em proveitos financeiros um montante de 17 809 854 euros (Nota 45 f)) referente aos juros relativos a este empréstimo. Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo em dívida tem o seguinte plano de reembolso:

	valores expressos em euros
2004 (parcela registada em "Dívidas de curto prazo")	70 984 671
2005	67 190 304
2006	55 794 276
2007	50 122 225
2008	43 977 348
2009	110 899 399
	398 968 223

Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas, têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros
UOL, Inc ("UOL")	84 108 607
Sportinvest	29 318 668
Web-Lab	4 886 562
Inesc	3 292 066
Outras empresas	280 596
	121 886 499
Provisão para investimentos financeiros (Nota 34)	(13 479 385)
	108 407 114

Em 31 de Dezembro de 2003, as contas a receber de curto prazo de empresas do Grupo, têm o seguinte detalhe:

	valores expressos em euros
Empréstimos concedidos:	
PT Comunicações (Nota 10.b))	70 984 671
PT Prime	46 797 245
PT Multimedia	15 000 000
PT Meios	1 610 000
PT Compras	750 000
	135 141 916
Valor a receber das empresas do Grupo por efeito da consolidação fiscal ^(a)	7 646 308
Outros valores a receber relativos a operações correntes:	
Telesp Celular	42 805 078
PT Prime SGPS	35 088 268
PT Comunicações	12 610 420
PTM.com	12 513 696
PT Ventures	11 184 205
PT Multimedia	8 370 524
PT Ásia	6 725 412
TCP	6 642 592
Brasilcel	3 296 608
PT Brasil	3 053 935
TMN	3 012 241
PT Prime	2 821 610
PT Compras	2 257 785
PT PRO	431 421
Sportinvest	138 052
PT Móveis	115 919
Outros	246 642
	151 314 408
	294 102 632

(a) Este valor corresponde à colecta de IRC apurada pelas empresas incluídas no consolidado fiscal no montante de 259 220 349 euros, líquido dos pagamentos por conta efectuados à Portugal Telecom no montante de 251 574 041 euros.

Em 31 de Dezembro de 2003, as contas a pagar de curto prazo a empresas do Grupo, têm o seguinte detalhe:

	valores expressos em euros
Empréstimos obtidos:	
PT Comunicações	130 523 130
TMN	10 000 000
PT Multimedia	8 500 000
	149 023 130
Outros valores a pagar relativos a operações correntes:	
PT Comunicações	5 763 002
PT Inovação	4 745 910
TMN	1 268 936
Outras empresas	1 235 940
	13 013 788
	162 036 918

18. GARANTIAS PRESTADAS A EMPRESAS PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa tinha prestado cartas conforto a favor de terceiros relativas às seguintes situações:

- ▶ Emissão de uma carta conforto ao Banco Comercial Português a favor da Mobitel – Telecomunicações, S.A., para obtenção de uma linha de crédito no montante de 15 milhões de Dólares Americanos (US\$), a qual em 31 de Dezembro de 2003 apresentava uma utilização de US\$ 9 717 960, equivalente a 7 694 347 euros nessa data.
- ▶ Emissão de duas cartas conforto ao Banco Citibank, S.A. a favor da TCP, tendo em vista a concretização de operações de cobertura de risco de taxa de câmbio e de taxa de juro, com um valor de capital equivalente a 366 462 901 euros e 44 435 340 euros, respectivamente.
- ▶ Emissão de uma fiança à Direcção-Geral dos Impostos a favor da Companhia Portuguesa Rádio Marconi S.A., actualmente incorporada na PT Comunicações, correspondente a dívidas exequendas no valor de 16 500 043 euros.
- ▶ Emissão de uma carta conforto ao Banco Crédito Predial Português, S.A. a favor da Simarc relativamente a uma garantia bancária até ao limite de 423 895 euros.
- ▶ Emissão de uma carta conforto ao Instituto de Informática do Ministério das Finanças a favor da PT Sistemas de Informação para a obtenção de uma linha de crédito de curto prazo no montante de 875 000 000 de euros inserida no âmbito do Concurso Limitado por Prévia Qualificação Internacional para a Aquisição de Serviços de Desenvolvimento Aplicacional para um Sistema de Informação de Suporte à Implantação do Plano Oficial de Contabilidade Pública nos Serviços integrados da Administração Pública.

Adicionalmente, a PT tem um depósito numa instituição financeira de 75 milhões de euros como caução para a aquisição futura de conteúdos multimédia por parte de uma empresa associada.

19. VALORES DE MERCADO DO ACTIVO CIRCULANTE

Em 31 de Dezembro de 2003, não havia diferenças significativas nos valores das rubricas do activo circulante, calculadas de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pela Empresa (Nota 3) e o respectivo valor de mercado, que não estivessem cobertas pelas provisões constituídas.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2003, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos ascendem a 283 410 366 euros (Nota 48).

34. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos no exercício de 2003 nas rubricas de provisões, foram os seguintes:

	valores expressos em euros					
	Saldo inicial	Variações cambiais	Aumentos	Reduções	Utilizações/ Transferências	Saldo final
Provisões para investimentos financeiros (Notas 10.b) e 16)	109 667 804	(15 429 049)	700 000	–	(70 571 653)	24 367 102
Provisões para riscos e encargos:						
Provisão para impostos	2 575 565	–	–	–	6 682 179	9 257 744
Outras provisões para riscos e encargos:						
Perdas em investimentos financeiros (Nota 16) (a)	839 594 277	–	50 917 144	(11 747 848)	18 996 452	897 760 025
Outros riscos e encargos (b)	209 053 154	–	3 143 106	(116 628 500)	(36 425 070)	59 142 690
	1 048 647 431	–	54 060 250	(128 376 348)	(17 428 618)	956 902 715
	1 051 222 996	–	54 060 250	(128 376 348)	(10 746 439)	966 160 459

(a) A provisão para perdas em investimentos financeiros resulta da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo os capitais próprios negativos de empresas do grupo e associadas. Os movimentos nesta provisão durante o exercício de 2003 foram registados por contrapartida das seguintes rubricas:

	valores expressos em euros
Aumentos:	
Perdas em empresas do Grupo e associadas (Nota 45)	38 359 463
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	12 557 681
	50 917 144
Reduções:	
Ganhos em empresas do Grupo e associadas (Nota 45)	6 530 814
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 40)	5 217 034
	11 747 848

A transferência na rubrica de provisão para perdas em investimentos financeiros inclui 18 986 645 euros conforme mencionado em (b) infra.

(b) A provisão para outros riscos e encargos tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Impairments (Nota 10.c))	38 197 485
Instrumentos financeiros (Nota 53)	20 945 205
	59 142 690

O aumento nas provisões para outros riscos e encargos no exercício de 2003 respeita ao reforço da provisão relativa aos planos de incentivos vigentes no Grupo, que terminaram no corrente ano, tendo sido registado por contrapartida de custos financeiros.

As reduções nas provisões para outros riscos e encargos foram registadas por contrapartida das seguintes rubricas: (i) 82 498 690 euros referentes à reversão da provisão para instrumentos financeiros, registada por contrapartida de proveitos financeiros (Nota 45); e (ii) 34 129 810 euros referentes à anulação parcial da provisão constituída em anos anteriores para impairments, registada por contrapartida de resultados extraordinários (Nota 46).

As utilizações e transferências da provisão para outros riscos e encargos foram efectuadas por contrapartida das seguintes rubricas:

	valores expressos em euros
Transferências:	
Provisões para outros riscos e encargos – perdas em investimentos financeiros (i)	18 986 645
Provisão para impostos (ii)	6 682 179
	25 668 824
Utilizações:	
Investimentos financeiros (Nota 10.b))	2 592 058
Planos de incentivos (iii)	8 164 188
	10 756 246
	36 425 070

(i) Este montante corresponde à transferência de uma parcela da provisão constituída em anos anteriores para fazer face a potenciais riscos de perda de valor de investimentos financeiros, para efeitos de incremento da provisão para perdas em investimentos financeiros decorrente do reforço da provisão registada pela PTM.com para o empréstimo à Idealyse.

(ii) Este montante respeita a uma provisão para contingências fiscais em resultado de liquidações adicionais apresentadas pelas autoridades fiscais no corrente ano.

(iii) Este montante inclui 6 615 209 euros correspondente à última entrega de acções efectuadas a membros do Conselho de Administração e quadros superiores de empresas do Grupo no âmbito do plano de incentivos aprovado em 27 de Setembro de 1999 em Assembleia Geral Extraordinária; o plano de incentivos criado em 21 de Abril de 1998 foi igualmente concluído sem que tenham sido exercidas quaisquer opções por parte dos participantes. O montante remanescente da utilização desta provisão respeita aos custos financeiros suportados pela Empresa no âmbito do cancelamento dos instrumentos derivados associados a estes planos de incentivos.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2003, o capital da Empresa ascendia a 1 254 285 000 euros (Nota 40) e estava representado por 1 254 284 500 acções ordinárias e 500 acções de categoria A.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português e, nos termos dos estatutos da Empresa, conferem direitos especiais que consistem em, por maioria de votos dessas mesmas acções, votar ou vetar determinados actos dos accionistas da Portugal Telecom, incluindo os seguintes:

- ▶ Eleição de um terço do número total de administradores, que compreenderá o Presidente do Conselho de Administração.
- ▶ Autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros distribuíveis.

- ▶ Aumentos de capital e outras alterações aos estatutos.
- ▶ Emissão de obrigações e outros títulos de crédito.
- ▶ Autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Acções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital da empresa (Nota Introdutória).
- ▶ Alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas e opções estratégicas da Portugal Telecom, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço.
- ▶ Definição dos princípios gerais da política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

40. MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício de 2003, os movimentos verificados nas rubricas de capital próprio, foram como segue:

valores expressos em euros				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital (Nota 36)	1 254 285 000	—	—	1 254 285 000
Acções próprias:				
Valor nominal	—	(33 996 451)	5 351 942	(28 644 509)
Descontos e prémios	—	(212 172 888)	30 777 335	(181 395 553)
Prémios de emissão de acções	2 149 565 000	—	(2 057 860 109)	91 704 891
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	950 526 397	67 655 316	(23 150 173)	995 031 540
Reserva legal	144 184 287	—	—	144 184 287
Outras reservas	670 650 198	282 021 849	(487 778 718)	464 893 329
Resultados transitados	(2 448 973 427)	2 448 973 427	(39 403 169)	(39 403 169)
Resultado líquido do exercício	391 113 318	240 218 936	(391 113 318)	240 218 936
	3 111 350 773	2 792 700 189	(2 963 176 210)	2 940 874 752

Acções próprias

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa detém 28 644 509 acções próprias, sendo o seguinte o movimento nesta rubrica durante o exercício findo nesta data:

valores expressos em euros				Variações
	N.º acções	Valor nominal	Descontos e prémios	Valor
Saldo inicial	—	—	—	—
Compras	33 996 451	33 996 451	212 172 888	246 169 339
Alienações	(5 351 942)	(5 351 942)	(30 777 335)	(36 129 277)
Saldo final	28 644 509	28 644 509	181 395 553	210 040 062

As alienações ocorridas no exercício de 2003 referem-se à venda de 5 351 942 acções, conforme segue:

valores expressos em euros	
Valor de venda	35 852 510
Valor de custo ^(a)	(36 129 277)
Menos-valia ^(b)	(276 767)

(a) O critério valorimétrico adoptado é o LIFO (Last In First Out).

(b) As menos-valias foram registadas em reservas livres, tal como previsto nas normas de contabilidade portuguesas.

Prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emittentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para aquisição de acções próprias.

Conforme deliberado pela Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003, a Portugal Telecom procedeu à transferência de reservas de prémios de emissão de acções no montante de 2 057 860 109 euros para a rubrica “Resultados transitados”, para efeitos de cobertura de resultados transitados negativos, conforme dispõe a legislação em vigor.

Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas

A variação verificada nesta rubrica resulta: (i) da diferença, entre os resultados do exercício de 2002 das empresas participadas, que advém da aplicação do método da equivalência patrimonial, e os resultados distribuídos por essas empresas durante o exercício de 2003, registada por contrapartida de resultados transitados; (ii) de variações cambiais nos empréstimos concedidos que se constituem como uma extensão dos investimentos financeiros, bem como de instrumentos financeiros relacionados com os investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira e respectivo imposto sobre o rendimento (Nota 6); e (iii) de variações nos capitais próprios das empresas do grupo, que não as resultantes do resultado líquido do exercício e que respeitam fundamentalmente às variações cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das participadas localizadas no Brasil.

Deste modo, o movimento nesta rubrica no exercício de 2003 pode ser resumido da seguinte forma:

valores expressos em euros			
	Variações positivas	Variações negativas	Total
Resultados não atribuídos (a)	39 403 169	–	39 403 169
Variações decorrentes dos empréstimos e instrumentos financeiros relacionados com investimentos financeiros (Nota 3.jj):			
Variações cambiais	–	(3 081 950)	(3 081 950)
Imposto corrente (Nota 6)	7 690 815	–	7 690 815
Imposto diferido – efeito de alteração de taxa (Nota 6)	–	(1 923 953)	(1 923 953)
Equivalência patrimonial (b)	20 561 332	(18 144 270)	2 417 062
	67 655 316	(23 150 173)	44 505 143

(a) Os resultados não atribuídos apresentam a seguinte composição:

valores expressos em euros	
PT Finance	27 440 439
PT Comunicações	10 028 893
PT Inovação	1 467 971
Simarc	203 622
Outros	262 244
	39 403 169

(b) Os ajustamentos relacionados com a equivalência patrimonial encontram-se registados por contrapartida das seguintes rubricas:

valores expressos em euros			
	Variações positivas	Variações negativas	Total
Investimentos financeiros (Nota 10.b))	15 344 298	(5 586 589)	9 757 709
Provisão para perdas em investimentos financeiros (Notas 3.c) e 34.a))	5 217 034	(12 557 681)	(7 340 647)
	20 561 332	(18 144 270)	2 417 062

A variação desta rubrica inclui o efeito dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas, localizadas no estrangeiro.

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Empresa estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outras reservas

A variação verificada nesta rubrica durante o exercício de 2003 tem a seguinte composição:

valores expressos em euros				
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reservas livres	670 650 198	35 852 510	(451 649 441)	254 853 267
Reserva de acções próprias	–	246 169 339	(36 129 277)	210 040 062
	670 650 198	282 021 849	(487 778 718)	464 893 329

Os movimentos ocorridos nas rubricas de “Outras reservas” respeitam às seguintes situações:

- Compra de acções próprias efectuadas durante o exercício de 2003, no montante de 246 169 339 euros, que originou o registo de um aumento na reserva de acções próprias e uma diminuição de reservas livres em igual montante.
- Alienação de acções próprias efectuadas durante o exercício de 2003, que originou o registo de um aumento em reservas livres pelo valor da alienação e uma diminuição de reservas de acções próprias pelo valor de aquisição dessas acções.
- Distribuição de reservas livres aos accionistas, no montante de 200 685 600 euros, a título de dividendos e distribuição de lucros aos empregados, no montante de 4 794 502 euros, que foram aprovadas na Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003.

Resultados transitados

As variações ocorridas nesta rubrica durante o exercício de 2003, resultam dos seguintes movimentos:

valores expressos em euros			
	Variações positivas	Variações negativas	Total
Resultados não atribuídos	–	(39 403 169)	(39 403 169)
Aplicação de resultados do exercício de 2002	391 113 318	–	391 113 318
Cobertura de resultados transitados negativos	2 057 860 109	–	2 057 860 109
	2 448 973 427	(39 403 169)	2 409 570 258

Resultado líquido

Nos termos aprovados pela Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003, o resultado líquido do exercício de 2002, no montante de 391 113 318 euros, foi integralmente aplicado na cobertura de resultados transitados negativos.

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais nos exercícios de 2003 e 2002, foram as seguintes:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Conselho de Administração	6 976 189	12 188 313
Conselho Fiscal	187 483	196 490
Assembleia Geral	5 624	3 235
	7 169 296	12 388 038

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2003 e 2002, os resultados financeiros apresentam a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Custos e perdas		
Juros suportados (a)	110 827 558	184 562 649
Perdas em empresas do Grupo e associadas (b)	42 801 252	264 074 456
Diferenças de câmbio desfavoráveis (c)	25 122 287	51 706 572
Outros custos e perdas financeiros (d)	56 573 363	102 120 970
	235 324 460	602 464 647
Resultados financeiros	319 868 465	397 085 651
	555 192 925	999 550 298
Proveitos e ganhos		
Ganhos em empresas do Grupo e associadas (e)	331 241 668	690 810 216
Juros obtidos (f)	98 950 459	121 858 318
Diferenças de câmbio favoráveis	3 617 902	168 696 880
Outros proveitos e ganhos financeiros (g)	121 382 896	18 184 884
	555 192 925	999 550 298

(a) No exercício de 2003, esta rubrica inclui essencialmente juros de empréstimos externos (bancários e papel comercial), no montante de 80 241 083 euros, juros relativos à emissão de obrigações convertíveis e não convertíveis, no montante de 24 042 372 euros, e juros de papel comercial interno no montante de 4 768 769 euros.

(b) No exercício de 2003 as perdas em empresas do grupo, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte dos resultados líquidos negativos das empresas participadas e associadas, foram registadas conforme segue:

valores expressos em euros			
	Investimentos financeiros (Nota 10)	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
PTM.com	–	19 206 717	19 206 717
PT PRO	402 362	9 022 999	9 425 361
PT Compras	50 000	4 465 055	4 515 055
PT Brasil	2 265 972	–	2 265 972
PT Ásia	–	2 091 208	2 091 208
PT Meios	–	1 860 645	1 860 645
PT Prime SGPS	–	1 686 082	1 686 082
PT Prime	1 245 209	–	1 245 209
Outras	478 246	26 757	505 003
	4 441 789	38 359 463	42 801 252

(c) No exercício de 2003, esta rubrica inclui essencialmente a actualização cambial de instrumentos financeiros derivados no montante de 17 296 332 euros.

(d) No exercício de 2003, esta rubrica inclui essencialmente a amortização do goodwill em empresas do grupo e associadas, no montante de 26 847 514 euros (Notas 6 e 10) e encargos financeiros com instrumentos financeiros no montante de 17 693 713 euros.

(e) No exercício de 2003, os ganhos em empresas do grupo e associadas, decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial no reconhecimento da quota parte nos resultados líquidos positivos das empresas participadas e associadas, foram registadas conforme segue:

valores expressos em euros			
	Investimentos financeiros (Nota 10)	Provisão para perdas em investimentos financeiros (Nota 34)	Total
TMN	228 824 754	–	228 824 754
PT Comunicações	49 037 901	–	49 037 901
PT Multimedia	17 679 183	–	17 679 183
PT Finance BV	15 631 633	–	15 631 633
PT Ventures	–	6 324 862	6 324 862
PT Inovação	4 593 055	–	4 593 055
Outras	3 944 974	205 952	4 150 926
	319 711 500	6 530 814	326 242 314
Efeito da consolidação fiscal ⁽ⁱ⁾			4 999 354
			331 241 668

(i) Este valor reflecte o efeito da redução da estimativa de imposto resultante da Portugal Telecom ter adoptado o regime de consolidação fiscal, sendo que conforme referido na Nota 3.h) o correspondente benefício é retido integralmente pela empresa-mãe e não transferido para as empresas participadas que integram o referido regime de tributação.

(f) No exercício de 2003, a rubrica “Juros obtidos” apresenta a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Juros de empréstimos concedidos a empresas do Grupo:	
PT Comunicações	18 152 514
PTM.com	8 417 781
Telesp Celular	4 920 828
PT Prime SGPS	4 391 586
PT Multimedia	2 449 402
Outras empresas	6 610 110
Juros de swaps	22 454 861
Juros de aplicações financeiras	22 418 809
Outros juros	9 134 568
	98 950 459

(g) No exercício de 2003, este montante inclui essencialmente 82 498 690 euros relativos à reversão da provisão para instrumentos financeiros (Nota 34.b)) e 26 669 432 euros relativo a ganhos decorrentes do cancelamento de swaps.

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Nos exercícios de 2003 e 2002, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Custos e perdas		
Donativos (a)	7 354 389	1 051 978
Aumentos de provisões	–	13 447 801
Outros custos e perdas extraordinários	4 588 467	9 709 122
	11 942 856	24 208 901
Resultados extraordinários	22 375 840	24 408 454
	34 318 696	48 617 355
Proveitos e ganhos		
Redução de provisões (Nota 34.b))	34 129 810	2 008 783
Ganhos em imobilizações	–	43 451 292
Outros proveitos e ganhos extraordinários	188 886	3 157 280
	34 318 696	48 617 355

(a) No exercício de 2003, esta rubrica inclui essencialmente donativos em numerário, no montante de 5 100 000 euros, e em espécie, no montante de 1 230 201 euros, efectuados a favor da Fundação Portugal Telecom.

48. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

valores expressos em euros	2003		2002	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (e)	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a):				
Empréstimos externos	75 143 889	636 771 483	70 862 540	721 510 460
Empréstimos por obrigações convertíveis (b):				
Obrigações PT/99	450 485 000	–	–	509 035 000
Obrigações PT/01	–	440 335 000	–	550 000 000
	450 485 000	440 335 000	–	1 059 035 000
Empréstimos por obrigações não convertíveis (c):				
Obrigações PT/97 – 2.ª Emissão	124 699 474	–	–	124 699 474
Outros empréstimos obtidos (d):				
Empréstimos externos	556 970 000	–	987 012 109	1 987 000 000
Empréstimos internos	285 487 967	–	508 668 403	–
	842 457 967	–	1 495 680 512	1 987 000 000
Total	1 492 786 330	1 077 106 483	1 566 543 052	3 892 244 934

(a) Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	31 de Dezembro de 2003		31 de Dezembro de 2002	
	Valores em divisas	Valores em euros	Valores em divisas	Valores em euros
Euros	711 915 372	711 915 372	712 938 940	712 938 940
Dólares americanos (USD)	–	–	83 302 500	79 434 060
		711 915 372		792 373 000

Em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002, as garantias prestadas por terceiros relacionadas com estes empréstimos eram as seguintes:

valores expressos em euros	31 de Dezembro	
	2003	2002
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	301 402 179	346 120 447
Aval do Estado a favor do Kreditantsalt Für Wiederaufbau	10 585 276	12 043 505

Em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	31 de Dezembro de	
	2003	2002
Taxa de juro máxima	4,90%	5,90%
Taxa de juro mínima	2,08%	2,87%

(b) Em 11 de Junho de 1999, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações convertíveis em acções, integralmente subscrito e pago pela PT Finance, no valor total de 509 435 000 euros, correspondente a 101 887 obrigações, com o valor nominal de 5 000 euros cada. Este empréstimo está associado à emissão pela PT Finance, em 7 de Junho de 1999, de Exchangeable Bonds, com condições idênticas às obrigações convertíveis emitidas pela Empresa, que conferem aos seus titulares o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (American Depositary Shares) da Empresa, no termo da emissão, ao preço de conversão de 10,725 euros por acção (53,625 euros antes do stock split). À data de 31 de Dezembro de 2003, o preço de conversão é de 10,515 euros por acção, em consequência do aumento de capital ocorrido em 29 de Maio de 2001.

O reembolso destas obrigações convertíveis será efectuado em 7 de Junho de 2004, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas ou adquiridas e canceladas ou se a conversão tiver sido previamente efectuada. Em 24 de Abril de 2001, foi pedida a conversão antecipada de 76 obrigações equivalentes a 35 431 acções da Empresa, no montante de 400 000 euros, e durante o exercício de 2003 foram canceladas 11 710 obrigações, no montante de 58 550 000 euros. O montante em dívida a 31 de Dezembro de 2003 é de 450 485 000 euros. A taxa de juro anual do empréstimo é de 1,5%, sendo o pagamento dos juros trimestral e postecipado.

Em 6 de Dezembro de 2001, a Empresa emitiu um novo empréstimo por obrigações convertíveis em acções, integralmente subscrito pela PT Finance, com o valor total de 550 000 000 de euros, correspondente a 110 000 obrigações, com o valor nominal de 5 000 euros cada. Este empréstimo está associado à emissão pela PT Finance, em 6 de Dezembro de 2001, de Exchangeable Bonds, com condições idênticas às obrigações convertíveis emitidas pela Empresa, que conferem aos seus titulares o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS (American Depositary Shares) da Empresa, no termo da emissão, ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção.

O reembolso destas obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas ou adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. Em 3 de Dezembro de 2003, foram canceladas 21 933 obrigações, no montante de 109 665 000 euros, pelo que o montante em dívida a 31 de Dezembro de 2003 é de 440 335 000 euros. A taxa de juro anual do empréstimo é de 2%, sendo o pagamento dos juros trimestral e postecipado.

(c) Em 31 de Dezembro de 2003, o Grupo detém um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 124 699 474 euros. A taxa de juro deste empréstimo é variável e indexada à “Euribor 365 a 6 meses” acrescida de 0,25%, sendo a taxa anual de juro em vigor de 2,5284%; os juros vencem-se semestralmente a 17 de Maio e 17 de Novembro. O reembolso das obrigações deverá ser efectuado em 17 de Novembro de 2004, com possibilidade de amortização antecipada, total ou parcial, em 17 de Maio de 2004. Em 19 de Novembro de 1999 procedeu-se à redenominação das 25 000 000 obrigações integrantes deste empréstimo, nos seguintes termos:

- ▶ O valor nominal é de um cêntimo.
- ▶ A quantidade de obrigações redenominadas é de 12 469 947 426.

(d) Em 25 de Junho de 1999, a Empresa estabeleceu um Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante de 1 000 000 000 de euros. No exercício de 2003, as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a subscrição de Papel Comercial por outras empresas do Grupo, tendo, no início de Janeiro de 2003, a Empresa reembolsado a totalidade do montante em dívida a 31 de Dezembro de 2002. A partir de Janeiro de 2003, este programa passou a ser utilizado pela TMN. Este Programa encontra-se associado ao Global Medium Term Note Programme no montante de 1 000 000 000 de euros, emitido em 7 de Abril de 1999 pela PT Finance. Estes títulos correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, acessíveis no mercado do Euro, com uma maturidade de 10 anos e uma taxa de juro anual de 4,625%. Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa mantinha em carteira um montante de 120 500 000 euros (Nota 51) de obrigações emitidas pela PT Finance no âmbito daquele programa.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa estabeleceu um outro Contrato Programa de Emissão de Papel Comercial até ao montante de 2 250 000 000 de euros. No exercício de 2003, as condições deste programa foram alteradas no sentido de possibilitar a subscrição de Papel Comercial por outras empresas do Grupo, tendo, no início de Janeiro de 2003, a Empresa reembolsado parcialmente o montante em dívida a 31 de Dezembro de 2002. A partir de Janeiro de 2003, este programa passou também a ser utilizado pela TMN, tendo a Empresa subscrito em 31 de Dezembro de 2003 um montante de 556 970 000 euros. Este Programa encontra-se associado ao Global Medium Term Note Programme de 1 000 000 000 de euros, emitido em 21 de Fevereiro de 2001 pela PT Finance, os quais correspondem a obrigações emitidas por aquela empresa participada, acessíveis no mercado do Euro, com uma maturidade de 5 anos e uma taxa de juro anual de 5,75%. Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa mantinha em carteira um montante de 52 518 000 euros (Nota 51) de obrigações emitidas pela PT Finance no âmbito daquele programa.

A Empresa mantém contratado um Programa de Papel Comercial de curto prazo pelo montante total de 875 000 000 de euros, encontrando-se utilizados 285 487 967 euros. Este montante foi contratado em Dezembro de 2003, com taxa de juro anual entre 2,345 % e 2,124% e com liquidação em Janeiro de 2004.

(e) Em 31 de Dezembro de 2003, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

	valores expressos em euros
2005	91 754 107
2006	520 614 225
2007	93 772 376
2008	87 555 409
2009 e anos seguintes (Nota 29)	283 410 366
	1 077 106 483

(f) Em 31 de Dezembro de 2003, existiam os seguintes principais condicionalismos financeiros (“covenants”), os quais àquela data estavam a ser cumpridos:

Notações de rating

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pela agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, a Empresa deverá apresentar uma garantia bancária aceitável pelo BEI, estando abrangido por este condicionalismo empréstimos no montante de 150 milhões de euros obtidos junto desta instituição financeira.

Controlo/Alienação das empresas participadas

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas Material Subsidiaries (subsidiárias cujo activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados). Os empréstimos abrangidos por este covenant são a Revolving Credit Facility de 500 milhões de euros e determinados empréstimos do BEI que totalizam 568 milhões de euros.

Rácios financeiros

As actuais condições financeiras (spread aplicável) relativas à Revolving Credit Facility de 500 milhões de euros, serão alteradas se o rácio da dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado for superior a 2,5. Em 31 de Dezembro de 2003 este rácio é equivalente a 1,44.

Adicionalmente, o Programa de Global Medium Term Notes e as emissões de obrigações convertíveis estão abrangidas por cláusulas de Negative Pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e de 2002, os saldos com o Estado e outros entes públicos têm o seguinte detalhe:

valores expressos em euros	2003		2002
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	2 851 944	–	211 836 304
Imposto sobre o Valor Acrescentado	148 015	92 729	–
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares	–	803 674	–
Segurança Social	–	842 582	–
	2 999 959	1 738 985	211 836 304

O saldo devedor de IRC tem o seguinte detalhe:

	valores expressos em euros	
	2003	2002
Pagamentos por conta e retenções na fonte de exercícios anteriores ⁽ⁱ⁾	3 395 340	197 746 550
Liquidação da Inbrug ⁽ⁱ⁾	–	10 000 000
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	–	4 089 754
Tributação autónoma	(543 396)	–
	2 851 944	211 836 304

(i) No exercício de 2003, os valores referentes aos pagamentos por conta efectuados em 2002 e o valor pago em excesso pela liquidação da Inbrug, foram reembolsados na íntegra pelo Estado Português.

50. OUTROS CREDITORES

Em 31 de Dezembro de 2003, o saldo da rubrica “Outros Creditores” respeita essencialmente a um valor a pagar referente a compra de acções próprias, no montante de 14 237 290 euros.

51. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2003, esta rubrica refere-se fundamentalmente a aplicações efectuadas pela Empresa em títulos de rendimento fixo, que foram adquiridos como aplicação de tesouraria de curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Portugal Telecom detém em carteira obrigações emitidas pela PT Finance, emitidas no âmbito do programa de Global Medium Term Notes, com a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	Valor nominal	Valor de aquisição	Proveito/(custo) diferido (Nota 52)
Vencimento em 7 de Abril de 2009 (Nota 48)	120 500 000	114 110 109	6 389 891
Vencimento em 21 de Fevereiro de 2006 (Nota 48)	52 518 000	52 720 007	(202 007)
Vencimento em 16 de Fevereiro de 2005 (a)	15 050 000	14 998 937	51 063
	188 068 000	181 829 053	6 238 947

(a) Estas Global Medium Term Notes emitidas pela PT Finance foram utilizadas para conceder empréstimos directamente a outras empresas do Grupo, nomeadamente à TCP.

No decorrer do exercício de 2003, foram alienados títulos no montante de 159 386 230 euros e adquiridos títulos no montante de 49 613 900 euros.

52. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002, os saldos destas rubricas apresentam a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Acréscimos de proveitos:		
Juros a receber	24 017 806	14 186 927
Prestação de serviços a empresas do Grupo (a)	8 064 576	6 703 178
Outros	36 098	—
	32 118 480	20 890 105
Custos diferidos:		
Despesas financeiras (b)	6 166 298	8 129 590
Outros	979 169	1 388 835
	7 145 467	9 518 425
Acréscimos de custos:		
Encargos financeiros a liquidar (c)	33 876 711	46 365 549
Encargos com férias, subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	7 726 068	3 545 638
Fornecimentos e serviços externos	2 284 724	952 275
Outros acréscimos de custos (d)	28 445 164	509 994
	72 332 667	51 373 456
Proveitos diferidos:		
Instrumentos financeiros derivados (e)	22 006 110	93 132 085
Desconto na aquisição de GMTN emitidas pela PT Finance (Nota 51)	6 238 947	14 466 383
Outros	9 094 693	4 512 629
	37 339 750	112 111 097

(a) Em 31 de Dezembro de 2003, este montante refere-se essencialmente aos valores a facturar relativamente a serviços prestados no âmbito do contrato de prestação de serviços de consultoria à Telesp Celular, no montante de 6 619 283 euros.

(b) Em 31 de Dezembro de 2003, este montante refere-se essencialmente a despesas com emissões de papel comercial, que estão a ser reconhecidas em resultados durante o período dos empréstimos ou das emissões.

(c) Em 31 de Dezembro de 2003, este montante refere-se essencialmente aos encargos financeiros corridos relacionados com emissões de papel comercial e empréstimos bancários, nos montantes de, respectivamente, 2 267 359 euros e 16 158 440 euros, bem como aos juros referentes ao equity swaps sobre acções próprias e sobre acções da PT Multimedia no montante de 3 896 569 euros e 308 278 euros, respectivamente (Nota 53).

(d) Em 31 de Dezembro de 2003, este montante refere-se essencialmente à especialização de custos financeiros relacionados com determinados instrumentos financeiros derivados.

(e) Em 31 de Dezembro de 2003, este montante inclui 3 224 591 euros (Nota 53) relativos a prémios recebidos em contratos de put options sobre acções próprias efectuados em 2003 e 18 781 519 euros (Nota 53) relativos a prémios recebidos por renegociações de contratos de swaps de juro e câmbio efectuadas em 2002. Estes montantes serão reconhecidos em resultados durante o período remanescente dos contratos.

53. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2003, a Empresa tinha contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, e consulta a diversas instituições intervenientes nos mercados. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e da carteira de posições detidas pela Empresa. O valor de mercado (Fair Value) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Risco de taxa de juro

Durante o primeiro semestre de 2003, a Portugal Telecom cancelou diversos swaps de taxa de juro, o que resultou na simplificação da carteira de instrumentos financeiros derivados e no aumento do peso da componente de dívida a taxa fixa. Paralelamente, a Empresa contratou floors de taxa de juro, de modo a beneficiar de uma eventual nova descida das taxas de juro europeias. Em 31 de Dezembro de 2003, o total de dívida sujeita a operações de swaps e de floors de taxa de juro era, respectivamente, de 2 806 milhões de euros e 1 000 milhões de euros, com uma maturidade média de, respectivamente, 1,97 e 0,69 anos.

Risco de taxa de juro e de taxa de câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 31 de Dezembro de 2003 cross currency swaps com componente cambial e de taxa de juro. Naquela data, o total de dívida sujeita a contratos desta natureza era de 70 milhões de euros de swaps de dólares americanos para euros, com uma maturidade média de 7,96 anos.

Na sequência do cancelamento da componente de taxa de juro de cross currency swaps anteriormente existentes, a Portugal Telecom mantém opções cambiais e contratos forward de euros para dólares americanos. Em 31 de Dezembro de 2003, o montante líquido dos contratos desta natureza era de 200 milhões de euros, com uma maturidade média de 5,27 anos.

Foram ainda contratados forwards de euros para dólares americanos, associados a pagamentos futuros a efectuar nesta divisa. Em 31 de Dezembro de 2003, o notional destes contratos era de 6 milhões de euros, com uma maturidade média de 4 meses.

Em 31 de Dezembro de 2003, a Portugal Telecom detinha posições compradoras de opções cambiais euro/dólar americano no montante de 250 milhões de euros, com uma maturidade média de 0,13 anos. Na mesma data, detinha posições vendedoras sobre opções cambiais com características exactamente iguais, pelo que a exposição ao risco cambial em resultado destas posições era nula.

Equity derivatives

Em 31 de Dezembro de 2003, a Portugal Telecom tem contratados equity swaps e put options sobre 49 255 848 acções próprias, que visavam minimizar a exposição da Empresa ao risco de variações no valor das suas acções. Atendendo à evolução da cotação das acções da Portugal Telecom, foi registada uma provisão para cobrir a diferença entre os preços de exercício destes derivados (que variam entre 6,21 e 12,12 euros por acção) e a cotação da acção PT na data destas demonstrações financeiras (Nota 34.b)).

Em exercícios anteriores, a Portugal Telecom contratou um equity swap sobre acções da PT Multimedia, cuja data de liquidação é 30 de Abril de 2004. Atendendo à evolução da cotação das acções da PT Multimedia, foi revertida a provisão que se encontrava constituída em 31 de Dezembro de 2002 (Nota 34.b)).

Fair value dos instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2003, o fair value dos instrumentos financeiros e o correspondente valor contabilístico é o seguinte (valores em milhões de euros):

	Valor contabilístico	Fair value
Instrumentos financeiros relacionados com cobertura de risco ⁽ⁱ⁾ :		
Taxa de juro	(8,5)	(61,9)
Taxa de juro e taxa de câmbio	(39,8)	(39,5)
Equity derivatives:		
Acções próprias ⁽ⁱⁱ⁾	(24,4)	3,4
Acções PT Multimedia (Nota 52 c))	(3,9)	15,5

(i) Estes derivados foram objecto de renegociações no exercício de 2002, tendo a Empresa recebido prémios no âmbito dessas operações. Estes prémios foram registados em proveitos diferidos e serão amortizados no período remanescente dos contratos. Em 31 de Dezembro de 2003, encontram-se por reconhecer em proveitos 18 781 519 euros (Nota 52.e)).

(ii) O valor contabilístico corresponde à provisão constituída para os equity swaps, no montante de 20,9 milhões de euros (Nota 34), ao acréscimo de juros no montante de 0,3 milhões de euros (Nota 52.c)) e aos prémios relativos às put options que se encontram por reconhecer em resultados, no montante de 3,2 milhões de euros (Nota 52.e)).

54. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A Demonstração dos Resultados por Funções ("DRF") foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) A rubrica "Vendas e prestações de serviços" da DRF inclui as prestações de serviços efectuadas ao abrigo do contrato de prestação de serviços técnicos de administração e gestão celebrado com a Telesp Celular.

b) A rubrica "Custo das prestações de serviços" da DRF inclui, basicamente, parte da rubrica "Fornecimentos e serviços externos", os custos com o pessoal e as amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo da Demonstração dos Resultados por Naturezas ("DRN"), com excepção da amortização dos trespases ("goodwill") gerados na aquisição de partes de capital, a qual é reconhecida na DRF na rubrica "Ganhos em filiais e associadas".

c) A rubrica "Outros custos e perdas operacionais" da DRF inclui, fundamentalmente, parte da rubrica de fornecimentos e serviços externos, quotizações e donativos para diversos organismos no âmbito das telecomunicações e impostos.

d) A rubrica "Custo líquido de financiamento" da DRF inclui essencialmente as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros:

	valores expressos em euros
Outros proveitos e ganhos financeiros	121 382 896
Juros obtidos	98 950 459
Juros suportados	(110 827 558)
Outros custos e perdas financeiros	(29 025 850)
Diferenças de câmbio	(21 504 385)
Outros	(1 205 400)
	57 770 162

e) A rubrica "Ganhos em filiais e associadas" da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

	valores expressos em euros
Ganhos em empresas do Grupo e associadas ⁽ⁱ⁾	326 242 315
Perdas em empresas do Grupo	(42 801 252)
Perdas em outras empresas	(700 000)
Amortização de trespases ("goodwill")	(26 847 514)
	255 893 549

(i) Esta rubrica distingue-se dos ganhos em empresas do Grupo e associadas apresentadas na DRN uma vez que não inclui os ganhos resultantes da consolidação fiscal (4 999 353 euros), que são registados na rubrica "Impostos sobre os resultados correntes".

f) A rubrica "Impostos sobre os resultados correntes" tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Imposto sobre o rendimento do exercício na DRN	(61 911 775)
Insuficiência de estimativa de IRC de 2002 (Nota 6)	(2 025 850)
Ganho resultante da consolidação fiscal (Nota 45)	4 999 354
Outros	(15 744)
	(58 954 015)

55. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2003, é de referir essencialmente o seguinte:

a) Recebimentos provenientes de investimentos financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Alienação de partes de capital:	
PT Móveis ⁽ⁱ⁾	1 931 010 643
DCSI	25 000
Senda	7 558
Talentum	4 884
	1 931 048 085
Reembolso de empréstimos concedidos:	
PT Comunicações	208 336 608
TMN	218 010 644
Telesp. Celular	189 002 074
PT Prime SGPS	113 699 205
PT Ventures	19 691 276
PT Multimedia	11 050 000
PT Prime	8 850 000
PTM.com	4 642 012
Outros	3 132 426
	776 414 245
	2 707 462 330

(i) Este montante respeita ao recebimento do produto da alienação da PT Móveis à TMN ocorrida em Dezembro de 2002.

b) Recebimentos provenientes de dividendos

Esta rubrica corresponde essencialmente aos dividendos recebidos das seguintes empresas:

valores expressos em euros	
PT Comunicações	338 408 533
TMN	259 764 832
PT Inovação ⁽ⁱ⁾	14 080 809
Páginas Amarelas	5 385 910
Banco Espírito Santo	1 205 400
Outros	168 076
	619 013 560

(i) Este montante inclui 4 403 913 euros relativo ao recebimento de dividendos sobre os resultados do exercício de 2002 e 9 676 919 euros relativo ao recebimento de dividendos atribuídos em anos anteriores.

c) Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Empréstimos a empresas do Grupo:	
Suprimentos concedidos:	
PT Prime	28 556 900
PT Inovação	12 500 000
PT PRO	6 850 000
Sportinvest	5 295 500
PTM.com	4 080 000
PT Prime SGPS	1 231 036
PT Brasil	500 000
	59 013 436
Empréstimos intragrupo concedidos:	
PT Comunicações	141 842 154
TMN	55 000 000
PT Prime	47 385 800
PT Multimedia	26 050 000
PT Compras	750 000
PT Meios	660 000
	271 687 954
Prestações acessórias concedidas:	
PT PRO	10 185 912
Sportinvest	4 642 013
Outras empresas	438 640
	15 266 565
Aquisição de participações:	
PT Prime (Nota 10.b))	76 952 945
PT Multimedia (a)	27 414 780
Lusomundo Media (Nota 10.b))	9 000 000
	113 367 725
Aumentos de capital:	
PT Brasil (Nota 10.b))	26 964 000
Outras empresas	345 000
	27 309 000
	486 644 680

(a) Este montante inclui 19 340 621 euros relativo a aquisições efectuadas no primeiro semestre de 2003 (Nota 10.b)), sendo o remanescente referente a aquisições efectuadas em Dezembro de 2002 e liquidadas em Janeiro de 2003.

d) Recebimentos respeitantes a empréstimos obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Reembolso de empréstimos intragrupo:	
Papel Comercial	6 766 025 584
Empréstimos bancários	59 680 000
	6 825 705 584
Empréstimos obtidos:	
PT Comunicações	324 523 160
TMN	108 989 357
PT Multimedia	8 500 000
	442 012 517
	7 267 718 101

e) Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Papel comercial	9 464 748 127
Empréstimos bancários	239 640 695
	9 704 388 822
Empréstimos obtidos:	
PT Comunicações	254 000 000
PT Multimedia	33 000 000
TMN	21 450 000
	308 450 000
	10 012 838 822

f) Componentes de caixa e seus equivalentes

Em 31 de Dezembro de 2003 e 2002 a composição dos saldos de caixa e seus equivalentes era como segue:

valores expressos em euros		
	2003	2002
Caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 073 341	2 989 186
Outros títulos negociáveis	686 121 794	602 925 496
Outras aplicações de tesouraria	832 655 184	821 643 055
	1 519 850 319	1 427 557 737

57. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2003, ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

- Foi anunciado pela Portugal Telecom que o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Anual de Accionistas, convocada para o dia 2 de Abril de 2004, a redução do capital social da Portugal Telecom em até 125 428 500 euros. Tal redução, inserida no âmbito do programa de share buyback que envolve a compra de acções próprias representativas de até 10% do capital social, deverá ser efectuada pela extinção de até 125 428 500 acções próprias, e implicará a aprovação da correspondente alteração dos estatutos da PT.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento n.º 11/2000 da CMVM (com a redacção dada pelo Regulamento n.º 24/2000), presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT à data de 31 de Dezembro de 2003:

► O Grupo Banco Espírito Santo (“BES”) detém directa e indirectamente 9,7% do capital social da PT e 10% dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	N.º acções
Banco Espírito Santo, S.A.	33 813 720
Membros da Administração e Fiscalização do BES	130 197
Empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	31 464 008
Acções detidas por titulares do direito de voto que celebraram com o BES acordo para o seu exercício	18 844 252
Acções que o BES pode adquirir em virtude de acordo celebrado com os respectivos titulares	21 369 000
Acções dadas em garantia ao BES ou por este administradas ou depositadas junto desta instituição	16 652 897
Total	122 274 074

Considerando as 39 010 108 acções próprias detidas pela PT à data deste relatório, o BES passou a deter 10,1% dos direitos de voto da PT.

► A Brandes Investments Partners, I.P. (“Brandes”) detém indirectamente através dos seus clientes um total de 67 279 052 acções da PT, equivalente a uma participação de 5,4% do capital social. Por outro lado, a Brandes detém 5% dos direitos de voto da PT, correspondentes a 61 070 263 acções.

► A holding americana The Capital Group Companies, Inc (“CGC”) detém indirectamente através dos seus fundos/clientes, 5% do capital social da PT e dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGC calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	N.º acções	% do capital
Capital Research and Management Company	55 499 179	4,4%
Capital Guardian Trust Company	2 811 832	0,2%
Capital International, Inc.	1 414 783	0,1%
Capital International Limited	758 117	0,1%
Capital International S.A.	2 709 959	0,2%
Total	63 193 870	5,0%

Para efeitos de direitos de voto:

Entidades	N.º acções	% dos direitos de voto
Capital Research and Management Company	55 499 179	4,5%
Capital Guardian Trust Company	2 462 932*	0,2%
Capital International, Inc.	966 243*	0,1%
Capital International Limited	501 117*	0,0%
Capital International S.A.	2 271 659*	0,2%
Total	61 701 130	5,0%

* A diferença entre o número de acções detidas e os direitos de voto é devida à inexistência de poderes discricionários sobre todas as acções para o exercício de voto.

Considerando as 39 010 108 acções próprias detidas pela PT à data deste relatório, a CGC passou a deter 5,1% dos direitos de voto da PT.

► A Telefónica, S.A. detém directamente um total de 46 941 037 acções da PT, representando uma participação de 3,7% do capital social e 3,8% dos direitos de voto. Adicionalmente, a Telesp S.A. (Fixa) e a Aliança Atlântica Holding B.V. (empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Telefónica) detêm, respectivamente, um total de 7 994 250 e 5 329 500 acções da PT, equivalente a participações de 0,6% e 0,4% do capital social, a que corresponde 0,7% e 0,4% dos direitos de voto. Em termos globais, a participação da Telefónica na PT ascende a 4,8% e 4,9% dos direitos de votos. Considerando as 39 010 108 acções próprias detidas pela PT à data deste relatório, a Telefónica passou a deter 5% dos direitos de voto da PT.

► O Grupo Caixa Geral de Depósitos (“CGD”) detém directa e indirectamente 4,7% do capital social da PT e 4,8% dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	N.º acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	52 424 720
Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial Confiança, S.A.	6 230 011
Total	58 654 731

► O Grupo Banco Português de Investimento (BPI) detém directa e indirectamente 2,8% do capital social da PT e 2,9% dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BPI calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	N.º acções
Banco Português de Investimento, S.A.	349 945
Banco BPI, S.A.	20 747 471
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	12 506 509
BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	1 721 224
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	44 261
Clientes institucionais cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	302 159
Clientes particulares cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	71 155
Total	35 742 724

► A Cinveste, SGPS, S.A. detém um total de 28 662 500 acções da PT, correspondente a 2,3% do capital social e dos direitos de voto.

PARTICIPAÇÕES NOS TERMOS DO ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PT, em 31 de Dezembro de 2003:

Conselho de Administração

- ▶ Ernâni Rodrigues Lopes, Presidente do Conselho de Administração, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ Miguel Horta e Costa, Presidente da Comissão Executiva, é titular de 23 345 acções da PT.
- ▶ Zeinal Bava, Administrador, é titular de 63 011 acções da PT e de 44 598 acções da PT Multimedia. O cônjuge é titular de 75 acções da PT.
- ▶ Carlos Vasconcellos Cruz, Administrador, é titular de 13 599 acções da PT. Em Junho de 2003 foram-lhe atribuídas gratuitamente pela PT 50 acções da PT. O cônjuge é titular de 236 acções da PT.
- ▶ Iriarte Esteves, Administrador, é titular de 5 632 acções da PT. Em Junho de 2003 foram-lhe atribuídas gratuitamente pela PT 50 acções da PT.
- ▶ Paulo Fernandes, Administrador, é titular de 50 acções da PT que lhe foram atribuídas gratuitamente em Junho de 2003 pela PT.
- ▶ Joaquim Goês, Administrador, é titular de 2 437 acções da PT e de 75 acções da PT Multimedia.
- ▶ Henrique Granadeiro, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ Carlos Oliveira Cruz, Administrador, é titular de 134 acções da PT.
- ▶ Jorge Tomé, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ Fernando Abril, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ António Viana Baptista, Administrador, é titular de 9 008 acções da PT e de 795 acções da PT Multimedia. O cônjuge é titular de 1 817 acções da PT e de 40 acções da PT Multimedia.
- ▶ Pedro Malan, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

- ▶ Fernando Ulrich, Administrador, é titular de 265 acções da PT. O cônjuge é titular de 265 acções da PT.
- ▶ Luís de Mello Champalimaud, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ Patrick Monteiro de Barros, Administrador, é titular, através da sociedade Telexpress Investments, Limited, na qual é Presidente do Conselho de Administração, de 23 000 000 de acções da PT.
- ▶ Jorge Bleck, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ Carlos Blanco de Moraes, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ João Mello Franco, Administrador, e cônjuge são titulares de 13 308 acções da PT.
- ▶ Gerald McGowan, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ Peter Golob, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ Nuno Silvério Marques, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ Thomaz Paes de Vasconcellos, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Conselho Fiscal

- ▶ Pedro Matos Silva, presidente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ Gonçalo Vaz Botelho, vogal do Conselho Fiscal, é titular de 247 acções da PT. O cônjuge é titular de 247 acções da PT.
- ▶ Mário Gomes, Revisor Oficial de Contas, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
- ▶ José Vieira dos Reis, vogal suplente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 80 acções da PT.

Apresentam-se de seguida as transacções efectuadas (C: Compra em bolsa; V: Venda em bolsa) por sociedades controladas pelo Grupo BPI nas quais Fernando Ulrich exerce cargos de administração:

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-01-02	C	10 000	6,57
2003-01-02	V	30 964	6,63
2003-01-03	C	100 000	6,66
2003-01-03	V	1 000	6,74
2003-01-06	C	34 000	6,46
2003-01-06	V	1 800	6,45
2003-01-07	C	13 898	6,65
2003-01-07	V	81 452	6,73
2003-01-08	C	114 183	6,87
2003-01-08	V	147 031	6,91
2003-01-09	C	110 709	6,82
2003-01-09	V	62 609	6,84
2003-01-10	C	108 163	6,94
2003-01-10	V	113 257	6,98
2003-01-13	C	53 645	7,10
2003-01-13	V	47 857	7,13
2003-01-14	C	42 652	7,19
2003-01-14	V	32 612	7,18
2003-01-15	C	92 684	7,22
2003-01-15	V	71 100	7,20
2003-01-16	C	42 500	7,25
2003-01-16	V	31 200	7,17
2003-01-17	C	225 825	7,18
2003-01-17	V	204 731	7,18
2003-01-20	V	17 000	7,18
2003-01-21	C	11 125	7,14
2003-01-21	V	12 600	6,97
2003-01-22	C	45 226	6,97
2003-01-22	V	89 012	6,98
2003-01-23	C	12 411	7,04
2003-01-24	C	790	7,04
2003-01-24	V	16 203	7,01
2003-01-27	C	27 971	6,93
2003-01-27	V	49 077	6,95
2003-01-28	C	36 273	6,93
2003-01-28	V	48 074	6,93
2003-01-29	C	47 428	6,56
2003-01-29	V	53 104	6,60
2003-01-30	C	19 283	6,65
2003-01-30	V	20 564	6,61
2003-01-31	C	61 192	6,49
2003-01-31	V	109 509	6,49
2003-02-03	C	80 029	6,67
2003-02-03	V	47 000	6,63
2003-02-04	C	14 920	6,54
2003-02-04	V	20 969	6,54
2003-02-05	C	48 720	6,51
2003-02-05	V	35 000	6,53
2003-02-06	C	50 000	6,55
2003-02-06	V	72 800	6,58
2003-02-07	C	62 000	6,50
2003-02-07	V	70 923	6,55
2003-02-10	C	42 323	6,52
2003-02-10	V	30 012	6,50

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-02-11	C	67 812	6,53
2003-02-11	V	25 000	6,55
2003-02-12	C	47 252	6,49
2003-02-12	V	65 352	6,47
2003-02-13	C	24 505	6,41
2003-02-13	V	22 805	6,44
2003-02-14	C	35 090	6,44
2003-02-14	V	35 190	6,44
2003-02-17	C	44 900	6,57
2003-02-17	V	12 024	6,52
2003-02-18	C	61 524	6,54
2003-02-18	V	6 000	6,58
2003-02-19	C	132 546	6,37
2003-02-19	V	90 656	6,39
2003-02-20	C	131 678	6,20
2003-02-20	V	123 154	6,16
2003-02-21	C	166 065	6,01
2003-02-21	V	77 255	6,02
2003-02-24	C	44 743	5,89
2003-02-24	V	40 143	5,90
2003-02-25	C	66 198	5,65
2003-02-25	V	40 371	5,68
2003-02-26	C	62 097	5,67
2003-02-26	V	82 105	5,66
2003-02-27	C	92 428	5,67
2003-02-27	V	66 680	5,69
2003-02-28	C	83 946	5,86
2003-02-28	V	65 646	5,85
2003-03-03	C	33 551	6,01
2003-03-03	V	32 869	6,05
2003-03-04	C	955	5,92
2003-03-04	V	21 755	5,90
2003-03-05	C	84 168	6,02
2003-03-05	V	144 856	6,01
2003-03-06	C	79 080	6,08
2003-03-06	V	80 188	6,09
2003-03-07	C	85 541	5,95
2003-03-07	V	76 241	5,98
2003-03-10	C	43 658	6,08
2003-03-10	V	137 775	6,08
2003-03-11	C	138 619	6,05
2003-03-11	V	114 885	6,06
2003-03-12	C	75 306	6,04
2003-03-12	V	85 877	6,04
2003-03-13	C	46 753	6,00
2003-03-13	V	79 100	6,01
2003-03-14	C	23 062	6,17
2003-03-14	V	5 551	6,15
2003-03-17	C	75 197	6,02
2003-03-17	V	62 947	6,09
2003-03-18	C	155 184	6,43
2003-03-18	V	210 214	6,43
2003-03-19	C	79 087	6,44
2003-03-19	V	35 587	6,46

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-03-20	C	30 932	6,50
2003-03-20	V	16 330	6,48
2003-03-21	C	234 185	6,70
2003-03-21	V	141 393	6,66
2003-03-24	C	40 000	6,54
2003-03-24	V	42 800	6,62
2003-03-25	C	33 569	6,52
2003-03-25	V	33 469	6,51
2003-03-26	C	31 525	6,61
2003-03-26	V	59 354	6,64
2003-03-27	C	86 494	6,62
2003-03-27	V	103 440	6,62
2003-03-28	C	54 733	6,56
2003-03-28	V	93 700	6,59
2003-03-31	C	29 211	6,38
2003-03-31	V	10 444	6,35
2003-04-01	C	75 594	6,38
2003-04-01	V	70 623	6,42
2003-04-02	C	119 000	6,47
2003-04-02	V	69 820	6,50
2003-04-03	C	57 360	6,50
2003-04-03	V	67 923	6,50
2003-04-04	C	162 271	6,63
2003-04-04	V	138 400	6,66
2003-04-07	C	42 458	6,93
2003-04-07	V	64 968	6,97
2003-04-08	C	112 674	7,03
2003-04-08	V	242 454	7,00
2003-04-09	C	32 108	6,97
2003-04-09	V	40 627	6,97
2003-04-10	C	74 300	6,85
2003-04-10	V	34 308	6,84
2003-04-11	C	65 408	6,80
2003-04-11	V	26 905	6,80
2003-04-14	C	249 306	6,43
2003-04-14	V	199 147	6,41
2003-04-15	C	92 594	6,53
2003-04-15	V	121 345	6,54
2003-04-16	C	58 598	6,54
2003-04-16	V	66 698	6,65
2003-04-17	C	115 198	6,42
2003-04-17	V	35 500	6,39
2003-04-23	C	28 650	6,57
2003-04-23	V	39 750	6,65
2003-04-24	C	35 000	6,69
2003-04-24	V	35 000	6,62
2003-04-25	V	10 000	6,68
2003-04-28	C	23 000	6,46
2003-04-28	V	13 000	6,49
2003-04-29	C	16 000	6,45
2003-04-29	V	62 044	6,42
2003-04-30	C	66 253	6,43
2003-04-30	V	61 558	6,44
2003-05-05	C	41 149	6,48

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-05-05	V	40 000	6,53
2003-05-06	C	46 000	6,54
2003-05-06	V	35 000	6,57
2003-05-07	C	25 000	6,57
2003-05-07	V	25 000	6,64
2003-05-08	C	55 001	6,56
2003-05-08	V	45 001	6,57
2003-05-09	C	53 434	6,47
2003-05-09	V	53 434	6,48
2003-05-12	C	62 096	6,35
2003-05-12	V	48 596	6,33
2003-05-13	C	69 064	6,29
2003-05-13	V	66 654	6,32
2003-05-14	C	86 000	6,31
2003-05-14	V	86 000	6,32
2003-05-15	C	138 290	6,31
2003-05-15	V	129 500	6,32
2003-05-16	C	209 857	6,38
2003-05-16	V	101 337	6,41
2003-05-19	C	81 157	6,27
2003-05-19	V	81 157	6,28
2003-05-20	C	89 750	6,37
2003-05-20	V	84 750	6,38
2003-05-21	C	30 000	6,33
2003-05-21	V	33 000	6,34
2003-05-22	C	5 000	6,33
2003-05-22	V	1 100	6,33
2003-05-23	C	10 000	6,29
2003-05-23	V	10 700	6,30
2003-05-27	C	10 000	6,29
2003-05-27	V	10 000	6,29
2003-05-28	C	55 100	6,47
2003-05-28	V	60 321	6,47
2003-05-29	C	110 000	6,48
2003-05-29	V	64 679	6,49
2003-05-30	C	29 000	6,45
2003-05-30	V	63 864	6,47
2003-06-02	C	114 777	6,53
2003-06-02	V	45 000	6,54
2003-06-03	C	52 023	6,43
2003-06-03	V	51 400	6,45
2003-06-04	C	68 000	6,35
2003-06-04	V	80 000	6,40
2003-06-05	C	65 000	6,45
2003-06-05	V	89 300	6,45
2003-06-06	C	385 792	6,67
2003-06-06	V	22 057	6,59
2003-06-10	C	25 001	6,63
2003-06-10	V	25 000	6,68
2003-06-11	C	94 814	6,51
2003-06-11	V	42 614	6,52
2003-06-12	C	123 564	6,37
2003-06-12	V	65 000	6,44
2003-06-13	C	88 164	6,34
2003-06-13	V	75 100	6,33
2003-06-16	V	19 900	6,44
2003-06-17	C	130 540	6,54
2003-06-17	V	45 000	6,55

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-06-18	C	95 827	6,46
2003-06-18	V	70 827	6,47
2003-06-19	C	35 300	6,39
2003-06-19	V	30 000	6,33
2003-06-20	V	171 800	6,41
2003-06-23	C	36 640	6,45
2003-06-25	C	36 000	6,27
2003-06-25	V	16 000	6,35
2003-06-26	C	117 000	6,25
2003-06-26	V	100 000	6,26
2003-06-27	C	119 754	6,24
2003-06-27	V	148 754	6,22
2003-06-30	C	46 832	6,18
2003-06-30	V	77 153	6,21
2003-07-01	C	70 000	6,21
2003-07-01	V	70 000	6,22
2003-07-02	C	45 000	6,27
2003-07-02	V	57 271	6,28
2003-07-03	C	80 737	6,18
2003-07-03	V	81 490	6,20
2003-07-04	C	100	6,21
2003-07-04	V	3 000	6,17
2003-07-07	C	80 000	6,24
2003-07-07	V	85 000	6,25
2003-07-08	C	142 752	6,21
2003-07-08	V	140 752	6,19
2003-07-09	C	62 000	6,15
2003-07-09	V	62 000	6,15
2003-07-10	C	46 240	6,11
2003-07-10	V	39 140	6,11
2003-07-11	C	170 640	6,28
2003-07-11	V	149 838	6,27
2003-07-14	C	60 000	6,34
2003-07-14	V	52 000	6,35
2003-07-15	C	47 481	6,35
2003-07-15	V	52 681	6,35
2003-07-16	C	100 000	6,40
2003-07-16	V	101 000	6,36
2003-07-17	C	90 000	6,38
2003-07-17	V	93 700	6,37
2003-07-18	C	132 777	6,38
2003-07-18	V	91 877	6,37
2003-07-21	V	47 012	6,28
2003-07-22	C	40 700	6,23
2003-07-22	V	47 012	6,24
2003-07-23	C	163 325	6,15
2003-07-23	V	133 543	6,16
2003-07-24	C	54 999	6,12
2003-07-24	V	89 999	6,13
2003-07-25	C	99 006	6,13
2003-07-25	V	80 000	6,13
2003-07-28	C	90 927	6,07
2003-07-28	V	52 627	6,07
2003-07-29	C	198 708	5,97
2003-07-29	V	80 708	6,02
2003-07-30	C	132 507	5,99
2003-07-30	V	50 801	5,99
2003-07-31	C	200 312	6,00

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-07-31	V	104 812	5,99
2003-08-01	C	49 100	5,95
2003-08-01	V	40 100	5,94
2003-08-04	C	25 200	5,96
2003-08-04	V	20 000	5,95
2003-08-05	C	10 000	5,95
2003-08-05	V	10 627	5,94
2003-08-06	C	62 727	5,91
2003-08-06	V	20 000	5,92
2003-08-07	C	27 500	5,89
2003-08-07	V	25 000	5,85
2003-08-08	C	2 301	5,91
2003-08-08	V	2 001	5,90
2003-08-11	C	20 300	5,94
2003-08-11	V	20 000	5,96
2003-08-12	C	56 130	6,10
2003-08-12	V	66 282	6,08
2003-08-13	C	78 607	6,17
2003-08-13	V	95 000	6,17
2003-08-14	C	40 000	6,24
2003-08-14	V	126 256	6,23
2003-08-15	C	15 000	6,29
2003-08-15	V	179 244	6,34
2003-08-18	C	1 000	6,37
2003-08-18	V	7 112	6,38
2003-08-20	C	15 000	6,40
2003-08-20	V	18 000	6,40
2003-08-21	C	101 300	6,46
2003-08-21	V	1 800	6,40
2003-08-22	C	3 400	6,52
2003-08-22	V	92 395	6,52
2003-08-25	C	11 661	6,49
2003-08-25	V	41 661	6,51
2003-08-26	V	43 358	6,53
2003-08-27	C	13 000	6,60
2003-08-27	V	44 779	6,60
2003-08-28	C	5 000	6,62
2003-08-28	V	21 318	6,65
2003-08-29	C	12 997	6,64
2003-08-29	V	53 800	6,62
2003-09-02	V	100	6,65
2003-09-03	C	75 000	6,56
2003-09-03	V	70 500	6,51
2003-09-04	C	32 300	6,49
2003-09-04	V	37 000	6,49
2003-09-05	C	93 100	6,41
2003-09-05	V	40 000	6,42
2003-09-08	C	57 644	6,36
2003-09-08	V	35 150	6,40
2003-09-09	C	45 600	6,37
2003-09-09	V	40 000	6,40
2003-09-10	C	50 000	6,36
2003-09-10	V	65 000	6,37
2003-09-11	C	20 000	6,40
2003-09-11	V	82 700	6,43
2003-09-12	C	104 066	6,51
2003-09-12	V	98 066	6,51
2003-09-15	C	11 000	6,55

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-09-15	V	10 000	6,56
2003-09-16	C	150 000	6,57
2003-09-16	V	166 400	6,56
2003-09-17	C	374 822	6,84
2003-09-17	V	371 022	6,88
2003-09-18	C	150 257	6,85
2003-09-18	V	152 457	6,85
2003-09-19	C	142 100	6,84
2003-09-19	V	71 000	6,83
2003-09-22	C	8 006	6,80
2003-09-22	V	20 000	6,80
2003-09-23	C	49 374	6,81
2003-09-23	V	110 127	6,84
2003-09-24	C	50 000	6,90
2003-09-24	V	128 298	6,90
2003-09-25	C	90 500	6,81
2003-09-25	V	177 650	6,76
2003-09-26	C	40 069	6,72
2003-09-26	V	41 753	6,65
2003-09-29	C	42 208	6,79
2003-09-29	V	80 142	6,81
2003-09-30	C	94 000	6,77
2003-09-30	V	121 259	6,78
2003-10-01	C	54 268	6,88
2003-10-01	V	109 418	6,90
2003-10-02	C	85 000	7,00
2003-10-02	V	87 100	6,99
2003-10-03	C	52 100	7,05
2003-10-03	V	50 600	7,03
2003-10-06	C	4 424	7,06
2003-10-06	V	2 671	7,07
2003-10-07	C	55 000	7,02
2003-10-07	V	52 000	7,03
2003-10-08	C	20 000	7,02
2003-10-08	V	40 000	7,04
2003-10-09	C	50 000	7,09
2003-10-09	V	51 000	7,07
2003-10-10	C	128 325	7,13
2003-10-10	V	99 286	7,16
2003-10-13	C	20 000	7,21
2003-10-13	V	47 839	7,20
2003-10-14	C	20 200	7,17
2003-10-14	V	20 000	7,19
2003-10-15	C	77 098	7,15
2003-10-15	V	78 000	7,14
2003-10-16	C	41 754	7,17
2003-10-16	V	55 000	7,18
2003-10-17	C	101 358	7,15
2003-10-17	V	72 858	7,16
2003-10-20	C	45 000	7,10
2003-10-20	V	45 000	7,10
2003-10-21	C	31 200	7,06
2003-10-21	V	31 000	7,07
2003-10-22	C	56 000	7,05
2003-10-22	V	35 500	7,06
2003-10-23	C	26 300	6,91
2003-10-23	V	20 000	6,89
2003-10-24	C	110 000	6,89

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-10-24	V	125 000	6,89
2003-10-27	C	51 754	6,95
2003-10-27	V	26 802	6,99
2003-10-28	C	45 088	6,99
2003-10-28	V	46 088	7,00
2003-10-29	C	5 002	7,07
2003-10-29	V	9 388	7,08
2003-10-30	C	150 345	7,16
2003-10-30	V	131 006	7,17
2003-10-31	C	70 000	7,26
2003-10-31	V	80 339	7,22
2003-11-03	C	59 000	7,29
2003-11-03	V	20 000	7,30
2003-11-04	C	14 000	7,26
2003-11-04	V	53 000	7,28
2003-11-05	C	51 087	7,30
2003-11-05	V	13 624	7,32
2003-11-06	C	20 000	7,25
2003-11-06	V	600	7,26
2003-11-07	V	57 163	7,32
2003-11-10	C	122 010	7,47
2003-11-10	V	145 210	7,46
2003-11-11	C	113 047	7,49
2003-11-11	V	88 047	7,50
2003-11-12	C	140 000	7,59
2003-11-12	V	140 100	7,58
2003-11-13	C	159 737	7,75
2003-11-13	V	161 019	7,76
2003-11-14	C	109 919	7,78
2003-11-14	V	96 391	7,75
2003-11-17	C	253 760	7,57
2003-11-17	V	246 010	7,59
2003-11-18	C	252 474	7,55
2003-11-18	V	252 024	7,55
2003-11-19	C	179 714	7,55
2003-11-19	V	210 468	7,55
2003-11-20	C	203 156	7,56
2003-11-20	V	228 418	7,57
2003-11-21	C	101 300	7,54
2003-11-21	V	104 200	7,51
2003-11-24	C	87 807	7,54
2003-11-24	V	140 607	7,57
2003-11-25	C	156 215	7,63
2003-11-25	V	139 115	7,64
2003-11-26	C	243 519	7,75
2003-11-26	V	250 719	7,75
2003-11-27	C	110 000	7,72
2003-11-27	V	102 000	7,72
2003-11-28	C	147 512	7,83
2003-11-28	V	189 012	7,88
2003-12-01	C	85 574	8,01
2003-12-01	V	94 574	8,01
2003-12-02	C	172 162	7,92
2003-12-02	V	179 962	7,93
2003-12-03	C	149 118	7,96
2003-12-03	V	148 918	7,97
2003-12-04	C	130 000	7,89
2003-12-04	V	130 000	7,90

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-12-05	C	47 200	7,73
2003-12-05	V	45 000	7,76
2003-12-09	C	132 500	7,64
2003-12-09	V	110 000	7,62
2003-12-10	C	185 100	7,59
2003-12-10	V	222 016	7,61
2003-12-11	C	173 241	7,71
2003-12-11	V	191 741	7,74
2003-12-12	C	225 000	7,78
2003-12-12	V	145 000	7,80
2003-12-15	C	241 000	7,77
2003-12-15	V	200 000	7,76
2003-12-16	C	210 162	7,70
2003-12-16	V	221 916	7,72
2003-12-17	C	80 000	7,72
2003-12-17	V	80 000	7,73
2003-12-18	C	135 500	7,70
2003-12-18	V	135 500	7,69
2003-12-19	C	294 886	7,62
2003-12-19	V	159 186	7,66
2003-12-22	C	70 466	7,65
2003-12-22	V	209 566	7,66
2003-12-23	C	163 912	7,76
2003-12-23	V	144 012	7,77
2003-12-24	V	10 000	7,82
2003-12-29	C	106 641	7,87
2003-12-29	V	72 741	7,87
2003-12-30	C	135 400	7,93
2003-12-30	V	135 000	7,94
2003-12-31	C	102 462	7,89
2003-12-31	V	110 512	7,90

BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Transacções – Acções da PT

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-03-06	C	6 273	6,10
2003-03-27	V	2 670	6,58
2003-03-31	V	1 754	6,26
2003-04-01	V	1 849	6,45
2003-03-05	C	985	6,04
2003-03-06	C	676	6,10
2003-03-13	C	345	6,02
2003-03-27	V	1 073	6,58
2003-03-31	V	475	6,26
2003-04-01	V	458	6,45
2003-03-05	C	40	6,04
2003-03-27	V	19	6,58
2003-04-01	V	21	6,45
2003-05-15	C	77	6,34
2003-07-10	C	2 431	6,12
2003-08-12	C	1 390	6,12
2003-08-13	C	836	6,17
2003-08-19	C	350	6,35
2003-08-20	C	315	6,40
2003-09-02	C	13 856	6,65
2003-09-02	C	1 606	6,65
2003-09-02	C	230	6,65
2003-10-13	C	1 563	7,17
2003-10-15	C	843	7,12
2003-11-17	V	4 473	7,58
2003-11-19	V	9 383	7,45
2003-11-21	C	600	7,53

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT Multimedia

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-01-02	V	1 000	10,10
2003-01-06	C	4 000	11,03
2003-01-06	V	2 000	11,00
2003-01-07	C	300	11,11
2003-01-08	C	1 000	11,45
2003-01-08	V	1 000	11,47
2003-01-09	V	1 000	11,70
2003-01-10	C	1 000	11,48
2003-01-10	V	2 000	11,50
2003-01-13	C	1 200	12,08
2003-01-13	V	5 200	11,85
2003-01-14	V	1 200	12,29
2003-01-15	C	19 262	12,72
2003-01-15	V	17 362	12,58
2003-01-16	C	4 800	12,14
2003-01-16	V	3 800	12,24
2003-01-17	C	5 100	11,81
2003-01-17	V	6 712	11,75
2003-01-20	V	1 238	11,92
2003-01-22	C	1 000	11,35
2003-01-23	V	8 000	11,87
2003-01-24	C	1 000	11,86
2003-01-27	V	1 000	11,56
2003-01-28	C	2 150	11,75

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT Multimedia

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-01-28	V	1 500	11,64
2003-01-29	C	1 260	10,83
2003-01-29	V	2 560	11,01
2003-01-30	V	3 550	10,88
2003-01-31	V	1 350	10,94
2003-02-04	C	1 000	10,92
2003-02-05	V	4 600	10,99
2003-02-06	C	1 000	11,25
2003-02-06	V	2 600	11,40
2003-02-11	C	1 500	11,13
2003-02-12	C	1 000	10,86
2003-02-12	V	1 900	10,90
2003-02-13	V	1 500	10,97
2003-02-17	V	150	11,13
2003-02-18	C	1 150	11,10
2003-02-19	C	1 000	11,17
2003-02-20	C	2 003	11,34
2003-02-21	C	9 847	11,35
2003-02-25	C	100	11,00
2003-02-25	V	1 500	11,16
2003-02-26	C	450	10,87
2003-02-26	V	2 678	11,01
2003-02-27	C	300	10,82
2003-02-27	V	2 722	10,90
2003-03-04	V	1 000	11,03
2003-03-05	V	150	10,86
2003-03-06	V	150	10,90
2003-03-10	V	3 050	10,68
2003-03-11	C	5 000	10,32
2003-03-11	V	290	10,26
2003-03-12	C	7 200	10,17
2003-03-12	V	435	10,13
2003-03-13	V	1 100	10,24
2003-03-14	C	900	10,36
2003-03-14	V	1 435	10,35
2003-03-17	C	2 000	10,23
2003-03-17	V	645	10,70
2003-03-18	V	1 000	11,06
2003-03-21	C	14 935	11,25
2003-03-21	V	800	11,09
2003-03-27	C	2 500	10,98
2003-04-02	C	5 200	11,24
2003-04-02	V	2 000	11,06
2003-04-03	C	11 495	11,64
2003-04-03	V	10 000	11,83
2003-04-04	C	11 000	12,00
2003-04-04	V	11 000	12,24
2003-04-08	C	200	12,09
2003-04-08	V	9 815	12,08
2003-04-09	C	3 750	12,00
2003-04-09	V	6 354	12,00
2003-04-10	C	1 321	11,92
2003-04-11	V	8 921	12,14
2003-04-15	V	2 000	12,49
2003-04-16	V	2 000	13,01
2003-04-17	C	11 100	12,72
2003-04-17	V	2 500	12,68
2003-04-23	C	600	12,96

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT Multimedia

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-04-24	C	1 552	12,83
2003-04-24	V	1 552	12,81
2003-04-28	V	1 000	12,95
2003-04-29	C	2 609	13,00
2003-04-29	V	10 062	12,99
2003-04-30	C	7 771	13,35
2003-04-30	V	1 100	13,66
2003-05-02	V	2 100	14,51
2003-05-05	C	1 000	15,78
2003-05-05	V	5 018	15,71
2003-05-06	C	10 700	15,09
2003-05-06	V	9 825	15,02
2003-05-07	C	6 450	14,79
2003-05-07	V	7 125	14,71
2003-05-08	C	3 000	15,14
2003-05-09	V	4 000	15,62
2003-05-14	V	1 100	15,50
2003-05-15	V	2 000	16,00
2003-05-16	C	14 510	15,04
2003-05-16	V	10 000	15,02
2003-05-19	C	10 515	14,99
2003-05-19	V	15	14,81
2003-05-20	C	500	15,12
2003-05-20	V	1 500	14,92
2003-05-21	C	500	15,10
2003-05-21	V	500	15,11
2003-05-26	V	1 000	15,50
2003-05-30	V	302	15,30
2003-06-05	C	1 000	15,40
2003-06-05	V	2 000	15,45
2003-06-06	C	36 898	15,63
2003-06-12	C	302	15,49
2003-06-13	C	302	15,50
2003-06-16	V	4 500	15,13
2003-06-17	C	3 020	15,10
2003-06-17	V	5 200	15,25
2003-06-20	C	3 500	14,92
2003-06-20	V	5 000	14,95
2003-06-23	C	3 020	14,50
2003-06-24	V	12 100	14,44
2003-06-25	C	7 910	14,94
2003-06-25	V	6 410	15,68
2003-06-26	C	4 500	15,72
2003-06-27	V	3 500	15,50
2003-06-30	C	151	15,30
2003-06-30	V	2 035	15,25
2003-07-02	V	1 022	15,02
2003-07-03	C	1 950	15,03
2003-07-03	V	146	14,94
2003-07-04	V	1 950	15,07
2003-07-11	C	218	15,00
2003-07-11	V	18	15,13
2003-07-18	C	17 900	14,95
2003-07-21	V	584	14,87
2003-07-22	V	5 584	14,89
2003-07-23	C	2 500	14,61
2003-07-23	V	1 676	14,56
2003-07-25	C	292	14,33

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT Multimedia

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-07-30	C	292	14,22
2003-08-01	C	900	14,07
2003-08-04	C	1 000	13,99
2003-08-04	V	1 100	13,87
2003-08-11	C	1 500	13,46
2003-08-12	C	2 336	13,30
2003-08-13	C	2 774	13,54
2003-08-15	V	4 500	14,13
2003-08-18	V	584	14,23
2003-08-19	C	4 000	14,49
2003-08-22	V	3 146	14,57
2003-08-26	V	100	14,35
2003-08-28	C	3 713	14,87
2003-08-28	V	13	14,93
2003-08-29	C	5 600	14,93
2003-08-29	V	100	14,94
2003-09-01	C	4 000	15,11
2003-09-03	V	2 000	14,95
2003-09-05	V	2 500	14,85
2003-09-08	V	292	14,71
2003-09-09	V	2 000	14,73
2003-09-10	C	1 000	14,71
2003-09-11	C	1 000	14,51
2003-09-18	C	100	14,79
2003-09-19	C	21 300	14,61
2003-09-22	C	292	14,40
2003-09-22	V	29 500	14,35
2003-09-23	V	19 446	14,40
2003-09-24	C	500	14,42

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT Multimedia

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-09-24	V	7 836	14,43
2003-09-25	V	18 300	14,42
2003-09-26	V	146	14,51
2003-09-29	V	730	14,50
2003-09-30	V	7 438	14,31
2003-10-03	V	3 000	14,44
2003-10-06	C	146	14,68
2003-10-07	V	1 000	14,69
2003-10-08	V	48	14,46
2003-10-10	C	48	14,43
2003-10-15	C	1 146	14,34
2003-10-16	C	37 781	14,41
2003-10-17	C	7 281	14,36
2003-10-17	V	116	14,46
2003-10-22	C	2 000	14,30
2003-10-27	C	146	14,29
2003-10-29	V	366	14,48
2003-10-30	C	6 105	14,72
2003-10-30	V	105	14,63
2003-10-31	C	4 000	14,75
2003-11-03	C	3 500	14,87
2003-11-10	C	1 000	14,97
2003-11-12	C	2 000	14,94
2003-11-13	C	8 000	15,05
2003-11-14	C	12 000	15,11
2003-11-14	V	146	15,11
2003-11-18	V	1 000	15,13
2003-11-19	V	6 146	15,03
2003-11-20	V	438	14,90

Banco Português de Investimento, S.A.
Transacções – Acções da PT Multimedia

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-11-21	C	35 100	15,00
2003-11-21	V	1 000	15,03
2003-11-24	C	10 000	15,00
2003-11-26	C	24 859	15,16
2003-11-26	V	500	15,09
2003-11-27	V	1 000	15,54
2003-11-28	C	3 844	15,21
2003-12-10	V	584	15,23
2003-12-16	V	146	15,10
2003-12-17	C	126	15,07
2003-12-17	V	626	15,10
2003-12-19	C	16 900	15,15
2003-12-31	C	483	15,40

BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Transacções – Acções da PT Multimedia

Data da transacção	Natureza da transacção	Quantidade transaccionada	Preço da transacção euros
2003-07-31	C	1 593	14,17
2003-07-31	C	106	14,17
2003-08-19	C	210	14,53
2003-08-20	C	114	14,54
2003-10-13	C	419	14,34
2003-10-15	C	229	14,38
2003-10-29	C	1 366	14,30
2003-11-12	C	79	14,93

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS

Ao Conselho de Administração e Accionistas da Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Na sequência da eleição, na Assembleia Geral de 4 de Abril de 2003, do novo Conselho Fiscal da Portugal Telecom, SGPS, S.A. para o triénio 2003/2005, e em conformidade com o que se encontra legal e estatutariamente previsto, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais da Portugal Telecom, SGPS, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2003.

No desempenho das nossas funções, reunimos mensalmente e acompanhámos a evolução da actividade da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das suas principais participadas, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos Serviços todas as informações e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz sublinhar. Procedemos, também, ao acompanhamento regular do desenvolvimento e das

conclusões dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa e dos Auditores Externos do Grupo PT, tendo ainda reunido com a Comissão de Auditoria do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal examinou o Balanço em 31 de Dezembro de 2003, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, bem como o Relatório de Gestão, para o exercício findo naquela data. Este nosso exame foi suportado do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas anexa ao presente, bem como pelos Relatórios dos Auditores Externos do Grupo PT, sem reservas.

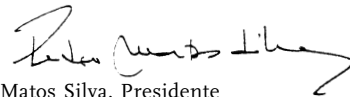
Face ao exposto, é nossa convicção que as Demonstrações Financeiras Individuais acima referidas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, na medida em que esclarece os elementos contabilísticos, bem como a proposta de distribuição de resultados e de afectação de reservas livres nele expressas, satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis, pelo que deverão ser aprovados.

Desejamos, ainda, expressar ao Conselho de Administração, à Comissão de Auditoria que o integra e aos Serviços o nosso apreço pela

colaboração que nos prestaram no exercício das nossas funções de fiscalização e pela forma como foi conduzida a gestão dos negócios.

Lisboa, 9 de Março de 2004

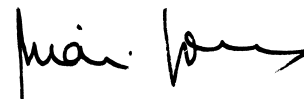
O Conselho Fiscal



Pedro Matos Silva, Presidente



Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho, Vogal



Ascensão, Gomes, Cruz & Associado – SROC, Vogal

Representada por Mário João de Matos Gomes

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2003 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Portugal Telecom”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2003 (que evidencia um total de balanço de 7 063 001 642 euros e um total de capital próprio de 2 940 874 752 euros, incluindo um resultado líquido do exercício de 240 218 936 euros), as Demonstrações de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (a) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (c) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (d) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, e o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

7. As demonstrações financeiras individuais do exercício de 2002, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente objecto do nosso exame e a nossa correspondente Certificação Legal das Contas, datada de 5 de Março de 2003, contém ênfases que não são aplicáveis às demonstrações financeiras individuais do exercício de 2003.

Lisboa, 5 de Março de 2004



Ascensão, Gomes, Cruz & Associado – S.R.O.C.,
representada por Mário João de Matos Gomes,
R.O.C.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

DELOITTE

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração de Portugal Telecom, SGPS, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "Portugal Telecom"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.

2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, para os efeitos descritos no parágrafo 4, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2003 bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4. As demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram preparadas para publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística n.º 9, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível dos activos, passivos, custos e proveitos totais (Nota Introdutória), o que será efectuada em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

5. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós auditadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no relatório datado de 3 de Março de 2003, não contém reservas mas contém duas ênfases que não são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

Lisboa, 3 de Março de 2004



RELATÓRIO DE AUDITORIA CONTAS INDIVIDUAIS

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2003 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Portugal Telecom”), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2003, que evidencia um total de 7 063 001 642 euros e capitais próprios de 2 940 874 752 euros, incluindo um resultado líquido de 240 218 936 euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

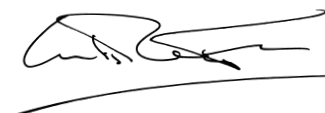
5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os efeitos descritos no parágrafo 6, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Portugal Telecom, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2003, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados e foram preparadas para publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística n.º 9, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível dos activos, passivos, custos e proveitos totais (Nota Introdutória), o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

7. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e a nossa opinião sobre as mesmas, expressa no nosso relatório de 3 de Março de 2003, não contém reservas, mas contém duas ênfases que não são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2003.

Lisboa, 3 de Março de 2004



Freire, Loureiro & Associados, SROC S.A.
representada por Carlos Pereira Freire

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

Realizada em 2 de Abril de 2004

“O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou então à votação do ponto um da Ordem de Trabalhos ‘Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 2003’ ...

“Realizada a votação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou haverem o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício do ano de dois mil e três sido aprovados, por maioria.” ...

“Prosseguindo os trabalhos da assembleia, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, abriu a discussão quanto ao ponto três da Ordem de Trabalhos ‘Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados e afectação de reservas’...

Perante os resultados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral depois de verificar que nos votos a favor se compreendia o do accionista Estado, proclamou ter sido aprovada a proposta apresentada pelo Conselho de Administração relativa ao ponto três da Ordem de Trabalhos.” ...

